

MEMORIAL ACADÊMICO DESCRITIVO

Wolfgang Lenk



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MEMORIAL ACADÊMICO DESCRITIVO

para fim de promoção à classe D, Professor Titular,
nos termos da Portaria MEC nº 982, de 3 de outubro de 2013,
processo SEI nº 23117.054340/2026-96

Wolfgang Lenk



setembro / 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L566m Lenk, Wolfgang, 1977-
2026 Memorial acadêmico descritivo [recurso eletrônico] / Wolfgang
Lenk. -- 2026.

Memorial Descritivo (Professor Titular) -- Universidade Federal de
Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.pt.2026.11020>
Inclui bibliografia.

I. Professores universitários - Formação. I. Universidade Federal de
Uberlândia. Instituto de Economia e Relações Internacionais. II. Título.

CDU: 378.124

André Carlos Francisco
Bibliotecário(a)-Documentalista - CRB-6/3408

I. Apresentação

Este documento, escrito em primeira pessoa, é parte constitutiva do requerimento de promoção na carreira do Magistério Superior Federal para a classe D, de Professor Titular, submetido à Universidade Federal de Uberlândia em agosto de 2026. Sou professor do quadro ativo desta instituição, lotado em seu Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI), desde março de 2010. Os 16 anos de trabalho na UFU, bem como minha trajetória anterior de formação acadêmica e profissional, estão resumidos nas páginas a seguir.

O memorial acadêmico se regula, em termos gerais, pela Lei 12.772, de 2012, e em particular pela Portaria MEC nº 982, de 3 de outubro de 2013. Estipula-se que seja avaliado de forma ampla, em consideração de todo o espectro de atuação profissional no âmbito das universidades federais: atividades de ensino e orientação; atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; participação em bancas; edição ou revisão de revistas; participação em comissões de caráter pedagógico ou grupos de trabalho diversos; realização de projetos de aperfeiçoamento, como cursos na área de atuação ou estágios pós-doutorado; exercício de cargos comissionados e funções representativas.

Tal diversidade de critérios é reflexo do amplo escopo de atuação da universidade pública. Em dezembro de 2017, como resposta a uma publicação do Banco Mundial (com críticas às IFES), Filipe Mendonça e eu sintetizamos assim esse escopo:

Nossas universidades públicas oferecem ciência, filosofia e tecnologia de ponta, para seus estudantes e para toda a comunidade ao seu redor: graduação e pós-graduação, bibliotecas, laboratórios de pesquisa, arquivo histórico, fazendas experimentais, reservas ecológicas, mobilidade internacional, educação de jovens e adultos, atendimento médico, odontológico e veterinário, clínica psiquiátrica, estágios remunerados e oportunidades profissionais, editoras e revistas de divulgação, canais de rádio e TV educativos, incubadoras de empresa, assistência jurídica, políticas de acessibilidade, estudo e prevenção de pandemias e epidemias, tratamento de dependentes químicos, moradia e assistência estudantil para alunos mais pobres, arte e esporte.¹

1 Wolfgang Lenk e Filipe de A. Mendonça. "Quem liga para o Banco Mundial?", Carta Maior, 20/12/2017. Disponível em <<https://archive.ph/ZAYrp>>.

Esse vasto leque de atividades é, naturalmente, reflexo da grande variedade existente nos campos do saber, suas ramificações e especialidades. Na Universidade Federal de Uberlândia, por exemplo, são mais de 25 mil estudantes em 97 cursos de graduação e 85 programas de pós-graduação, *stricto sensu*. Assim, é igualmente amplo o espectro e a variedade de formas de atuação do pessoal docente (na UFU, somos algo em torno de 2.100 professores e professoras). Cada um de nós, em sua prática cotidiana, atua dentro de enfoques específicos. Mesmo no ensino de graduação, o denominador comum de todas essas atividades, varia muito o que pode ser considerado como uma boa aula.

É sempre muito difícil quando a universidade precisa traduzir a diversidade inerente ao trabalho acadêmico em uma equação. Isso acontece, por exemplo, em projetos pedagógicos, planos de trabalho e cargas horárias, na distribuição de aulas e recursos orçamentários, bem como em todo o cipoal de coeficientes e indicadores que rege a gestão contemporânea. É inevitável. Por isso mesmo a autonomia universitária é tão fundamental para o bom funcionamento dessas instituições. Sempre é necessário um longo debate, para o qual, por definição, não existe resposta conclusiva.

O mesmo vale para o memorial acadêmico, portanto. Para atender ao que lhe é esperado, do ponto de vista do poder público, o memorial não pode deixar de ter um eixo autobiográfico. Na ampla variedade de formas de atuação, o pleiteante à posição de Professor Titular precisa descrever suas opções, objetivos e linhas de trabalho, dentro do contexto dos debates de seu tempo e da instituição em que atua. Isso só pode ser feito como uma narrativa.

No presente memorial, procurei elencar todos os fatos e atividades que considero mais pertinentes, antes e depois do ingresso no magistério superior federal. Procurei apresentar uma trajetória acadêmica digna da posição pleiteada, e acredito ter sido bem sucedido nisso, salvo melhor juízo das instâncias competentes. Busquei separar essa trajetória de idiosincrasias e do personalismo inerente à tarefa, colocando em primeiro plano aquilo que interessa à vida universitária e ao trabalho docente nos dias de hoje.

Não consta desse memorial quantitativos em aulas ministradas, publicações, orientações ou cargos. Naturalmente, o uso de indicadores diversos é parte fundamental da gestão pública contemporânea, e lhe garante muito de sua objetividade. Todavia, ele também implica na adoção de referências quantitativas, que no caso da progressão e promoção na carreira do Magistério Superior Federal na UFU são dimensionadas em outras etapas da avaliação de desempenho, independentes do memorial acadêmico-descritivo, para cada um dos interstícios. Cheguei ao entendimento que quantitativos gerais, para os 16 anos de atuação na UFU, ou minha vida profissional como um todo, não encontrariam referências aplicáveis.

A estrutura que me pareceu mais adequada está clara nas páginas que seguem. Uma sequência estritamente cronológica seria confusa e resultaria em excessos. Minha trajetória

profissional foi dividida em quatro partes, cada uma concentrada em um período diferente, mas com grande sobreposição temporal entre si. Isso decorre do fato de que atividades que começam em dado momento, a partir de trabalhos anteriores ou não, levam à organização de projetos ou à publicação de resultados anos depois. Achei por bem mencionar algumas atividades que não resultaram em publicação ou resultado aparente. Talvez ainda exista relevância na tentativa, e Fleming nos ensinou que pode haver interesse público em experiências mal-sucedidas.

II. Formação

Elementos Pré-Formativos

Desde sua origem e, em geral, até depois da Segunda Guerra Mundial, a educação superior era restrita à uma parcela muito pequena da população jovem. A partir das décadas de 1950 e 1960, nos países centrais (décadas depois, em alguns países periféricos), o ensino universitário começou a se massificar e universalizar, como descrito originalmente por Martin Trow na década de 1970.²

No Brasil, só em meados de 2010 a taxa líquida de participação chegou ao nível ali estipulado, de 5% da população entre 18 e 24 anos, com o que pode-se dizer que a educação superior começa a deixar de ser elitista. Assim, a maior parte da população de graduados em nosso país (e alguns dos nossos melhores docentes e pesquisadores) tem origem em famílias que não tiveram contato com a vida universitária, ou pais que sequer completaram a educação média.

No meu caso, faço parte já da segunda geração com educação superior, até mesmo em nível de pós-graduação. Minha mãe e meu pai, bem como a maioria dos meus tios, concluiu a graduação ainda na década de 1960, ou no início dos anos 1970.

Meu avô materno, Luís, era filho de imigrantes italianos no Oeste Paulista. Trabalhou como estafeta em Santa Eudóxia até conseguir abrir um bar em São Carlos (minha cidade natal), junto com minha avó Olga, que trabalhava na cozinha. Todos seus três filhos concluíram a educação superior. Meu tio, José Luís, formou-se em engenharia civil na Escola de Engenharia de São Carlos (EESC). Minha tia, Bernardete, formou-se em nutrição na PUC de Campinas.

Meus avós paternos emigraram da Alemanha em 1953. Meu avô, Johannes Hugo (ou apenas Hans, na documentação de entrada no Brasil) era de origem camponesa, na Saxônia. Minha avó, Elsie May, nascida na Grã-Bretanha, era filha de um barbeiro que mudou-se para a Renânia antes da Primeira Guerra. No Brasil, a família viveu do trabalho agrícola em Sorocaba até meados da década de 1960. Entre os seis filhos, três deles conseguiram concluir a graduação, além

² Martin Trow, *Problems in the Transition from Elite to Mass Higher Education* (Carnegie Commission on Higher Education, 1973).

do mais velho, Rudolf, que fez o ensino técnico em culinária antes de migrar. Meu tio Ulrich formou-se em agronomia na ESALQ e fez doutorado na Universidade de Göttingen. Minha tia Frauke formou-se em sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, precursora da UNESP.

Minha mãe, nascida Leila Maria Torres Rossete, formou-se bibliotecária na Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos, faculdade que depois seria integrada à Universidade Federal de São Carlos. Fez mestrado na UFRJ, por um convênio com o então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (o atual IBICT). Junto com meu pai, Dietrich Lenk, foi bolsista do DAAD (o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico) no início dos anos 1970. Ele havia feito graduação e mestrado em engenharia mecânica, também na EESC.

Meu pai foi professor na EESC por alguns anos. Ainda na década de 1970, optou por trabalhar na indústria, o que continuou a fazer até o início dos anos 1990. Trabalhou em unidades de empresas diversas, transnacionais na sua maioria, em Campinas e na Grande São Paulo. Minha mãe foi bibliotecária da UFSCAR até o início dos anos 1980, quando passou a trabalhar na Embrapa, principalmente no Centro de Tecnologia da Informação (em Jaguariúna, depois em Campinas), onde continuou até o início dos anos 2000.

Naturalmente, a vida material da minha infância e juventude era mais do que confortável. Havia sempre por perto uma biblioteca, onde podia ter tanto a literatura infanto-juvenil da época, como aqueles dos meus pais (por exemplo, dois exemplares do “Tesouro da Juventude”, de 1966 e 1967). Havia uma enciclopédia (a “Mirador Internacional”), dicionários de línguas diversas, atlas novos e antigos.

Meu pai me ensinava xadrez e matemática. Tanto ele como meu tio, José Luís, sabem muito sobre história. Meu tio, por exemplo, em 2001 me deu uma cópia de *Armas, Germes e Aço*, de Jared Diamond, quando ainda era pouco citado e conhecido. Quando jovem, eu tinha interesse em história militar, um gênero normalmente pouco trabalhado na universidade, mas não menos educativo – por ele, por exemplo, pode-se aprender a diferença entre tática e estratégia, não muito diferente do que Fernando Novais chamava de “níveis de realidade”.

A casa teve um computador pessoal desde o fim dos anos 1980. Minha mãe, naquele tempo, era responsável pela criação de um software de gestão de acervo em bibliotecas, o *Ainfo*. Não aprendi a programar, exceto por brincadeiras em BASIC. Mas é importante notar que é um ambiente que proporcionava naturalidade com um teclado, uma tela e um terminal de prompt, começando por “C:\>”. Em 1991 ou 1992, soube por minha mãe que havia algo chamado internet, onde as pessoas podiam ter “endereços eletrônicos”.

Entendo que essa origem familiar, considerada no contexto da época e da classe social onde foi produzida, implicou na formação de um *habitus* (se é que estou usando corretamente o

conceito de Pierre Bourdieu) para o qual a vida universitária era esperada com naturalidade. Para aqueles que nasceram depois de 2010, como minha filha, isso certamente é mais comum, e uma parcela maior da população jovem tem a mesma expectativa de ter uma educação superior. No entanto, é importante destacar que ainda hoje esse *habitus* é fruto de uma origem absolutamente privilegiada.

A educação superior entre nós ainda está longe de ser “universal”, segundo o critério de Martin Trow (ou seja, longe de ocupar mais da metade da população entre 18 e 24 anos). Isso é importante de se destacar, porque significa que a universidade pública ainda é um espaço que aliena a ampla maioria da juventude nacional. Nunca é demais destacar a importância de programas de integração com escolas públicas de ensino médio e recepção de seus estudantes em nossos *campi*, como é o caso do “Vem pra UFU”, que ocorre anualmente. Tampouco são raras as histórias de pais e mães de nossos estudantes que, conhecendo a universidade, manifestam dificuldade de assimilar o fato de que um espaço como esse é aberto para receber seus filhos.

Formação escolar, superior e início de atuação profissional

Aprendi a ler e escrever no Colégio Diocesano de São Carlos. Depois, até o ginásio e o colegial, estudei na Escola Comunitária de Campinas, recém formada por um movimento de professores que havia se retirado do tradicional Colégio Progresso, liderados por Amélia Palermo. Era uma escola nova, aberta a experiências pedagógicas, onde se respirava mais o anseio por construir um futuro do que a necessidade de reproduzir o passado (ou lidar com ele). Era bem o clima da redemocratização.

Aos 16 anos, fui estudar nos Estados Unidos como intercambista, na Elk Grove High School. Morei por onze meses no interior da Califórnia. Desembarquei sem entender uma palavra ao meu redor. Por fim, aprendi não apenas a me comunicar em inglês, mas a me adequar aos hábitos de uma sociedade estranha. Ainda tenho muito apreço pela cultura estadunidense, e acompanho aquele noticiário quase todos os dias. Mas é uma sociedade que, apesar de todo o conforto, vive em uma gaiola de ouro, sob camadas de propaganda e auto-ilusão. Lembro bem de conversar com outros brasileiros ali que o maior aprendizado que tínhamos era o de saber apreciar o nosso próprio país.

Em 1995, entrei no bacharelado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. Para aqueles que tiveram o privilégio de estudar ali, bem como as condições de poder tirar o proveito dela, uma universidade pública como a Unicamp proporcionava uma vivência universitária difícil de descrever. Apesar de ter passado a infância em ótimas escolas, ou de ter conhecido a opulência de um colégio nos Estados Unidos, era perceptível o contraste na profundidade das aulas, dos estudos e do diálogo com os colegas.

Passei 14 anos matriculado como estudante na Unicamp. Após a graduação, fiz o mestrado em História Econômica e a especialização em Diplomacia Econômica. Em 2005, comecei a fazer o doutoramento em Desenvolvimento Econômico (com área de concentração em História Econômica) pela mesma instituição, embora estivesse também aprovado para fazer o doutorado na Universidade de São Paulo. Defendi a tese em fevereiro de 2009.

No Instituto de Economia, estimulava-se um ambiente de formação para a vida pública. A ênfase do projeto pedagógico estava em macroeconomia, economia política e economia brasileira. No segundo semestre, nas quartas-feiras, na hora do almoço, o componente curricular de “Problemas Econômicos Atuais” (ministrado por Aloizio Mercadante) recebia um palestrante convidado, com frequência um nome da cúpula da vida política nacional, como Delfim Netto ou Pêrsio Arida. O quadro docente incluía um número tão grande de veteranos da administração pública, nos seus três níveis, que seria excessivo relacionar aqui.

A linha principal que era seguida é bem conhecida: uma perspectiva crítica ao nacional-desenvolvimentismo, mas que preservava a economia nacional como objeto central de trabalho.³ O texto fundamental dessa linha, a meu ver, era “Valor e capitalismo”, de Luiz Gonzaga Belluzzo. Não quer dizer que não haviam perspectivas diferentes, dentro e fora do IE. As cicatrizes da separação do IFCH, em 1984, eram visíveis. Estudantes mais antigos contavam sobre debates que aconteceram na época que Mario Luiz Possas foi para a UFRJ. Ademais, a ênfase na linha principal não implicava na ausência de uma parcela considerável do corpo discente e docente dedicada a economia de empresas, por exemplo. O aluno que circulasse por esse espaço tinha acesso a pontos de vista diversos sobre muitos assuntos.

Para um jovem criado para apreciar aulas expositivas de professores brilhantes, a graduação e a pós-graduação no IE era um prato cheio. Era difícil não sentir um certo fascínio pelo trabalho de docentes como Fernando Novais, Paulo Davidoff, João Manuel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares.

Por outro lado, a sala de aula num espaço como a Unicamp dos anos 1990 (e não apenas nos cursos de Ciências Econômicas) ainda trazia um conjunto de dispositivos da “universidade de elite”, para seguir com a terminologia de Martin Trow. Com frequência, o rigor intelectual e a cobrança de dedicação e disciplina por parte do corpo discente eram misturados com expressões de poder e privilégio, às vezes por meio de arroubos injustificáveis. Mesmo Fernando Novais, admirado em massa pelos estudantes de graduação e pós-graduação, gostava de dizer que podia expulsar um aluno da universidade, se fosse atrapalhado. Outros tinham gestos muito piores. Em

3 A “escola de Campinas” foi objeto de um número muito grande de estudos, dos quais não tenho conhecimento suficiente para comentar, ao mesmo tempo que não pode ser omitida aqui. Por conseguinte, registro uma interpretação sintética, por Carlos Medeiros, da posição da linha central do IE/Unicamp no pensamento econômico e na análise do capitalismo periférico, que acredito ser coerente com a perspectiva que resumo neste memorial. Veja-se: “Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao ‘nacionalismo metodológico’”, *Economia e Sociedade*, 19 (2010): 637–45.

ocasiões, o ambiente de ensino era tóxico, e até o assédio sexual ocorria publicamente. Como é sabido, até então essas coisas eram relativamente toleradas no meio acadêmico (não só na Unicamp), bem como na sociedade em geral.

O resultado era que uma boa parte do corpo discente era alienada pelo ambiente de ensino. Muitos colegas disseram-me sentir revolta, às vezes só por causa de um comentário infeliz pelo docente, e com isso a atração pelos estudos era perdida. Predominava uma certa percepção de que o aluno deveria ter uma certa formação prévia e um certo conjunto de virtudes, senão era barrado em algum ponto do processo educativo. Acredito que, hoje em dia, o professor deve entender melhor a necessidade de se trabalhar com o material humano “realmente existente”.

Naturalmente, a Unicamp e seu Instituto de Economia, nos anos 1990, estavam muito longe de parecer as instituições universitárias francamente elitistas do passado. Acho importante, porém, fazer essas observações, como evidência do quanto a universalização do ensino superior é um processo gradual, e ainda há muito trabalho pela frente. Basta notar como o trote, um ritual de iniciação obviamente elitista, ainda acontece em massa. Na UFU, atualmente, o trote é combatido apenas quando ocorrem excessos muito claros, e ainda assim com leniência.

De minha parte, procurei me envolver de forma ampla na vida universitária. Fiz uma boa graduação em Economia, ao mesmo tempo que me permitia ler e estudar sem muito direcionamento.

Conheci as bibliotecas do campus, principalmente do IE e do IFCH, além da Biblioteca Central, onde comecei a me interessar cada vez mais pelo estudo da história. Ao fim do segundo ano da graduação, com o caderno de disciplinas na mão, mudei minhas matrículas semestrais para concluir o curso em cinco anos. Eu já fazia estágio de 20 horas semanais, e buscava me matricular em disciplinas extra-curriculares na universidade, o que implicava em limitar em 16 horas semanas a matrícula em componentes curriculares do curso de Economia.

Matriculei-me em disciplinas de cursos de graduação diferentes, entre as quais acredito que concluí apenas três, todas no IFCH: história dos Estados Unidos, com Célia Marinho de Azevedo; antropologia da religião, com Robin Wright; filosofia de Nietzsche, com Oswaldo Giacóia. O convívio com estudantes de vários cursos, espetáculos e atividades culturais diversas, tudo isso era aprendido. Só a educação superior em caráter presencial, e a manutenção de um campus diverso e vibrante, permite esse tipo de formação.

Atuei no movimento estudantil ao longo de toda a graduação, e desde o primeiro ano. Eu já havia me envolvido com a fundação do grêmio estudantil, no ensino médio, e participado do movimento que culminou no *impeachment* de Fernando Collor, em 1992. Por volta dos 15 anos, tinha amigos na UJS, mas eu mesmo não era mais que um simpatizante. Logo ao ingressar na Unicamp, procurei o Centro Acadêmico de Economia, o CAECO.

Particpei das diretorias eleitas para os anos de 1996, 1997, 1999 e 2000. No primeiro ano, as lideranças eram Danilo Pitarello (que mais tarde seria presidente da UEE-SP) e Kelly Roberta de Souza. Felipe Maia, que seria presidente da UNE em 2001, participava do grupo, mas com menos frequência. Depois viriam Adriano Odda, Krishna Monteiro e muitos outros. A maioria militava no campo majoritário do PT. Anos depois, mais colegas do CAECO passaram pela militância junto ao MST e tendências minoritárias no partido.

Eu mesmo me limitei a atuar no movimento de área, que gravitava os Encontros Nacionais de Estudantes de Economia (ENECO). Em 1996, fui indicado para compor a representação estudantil na Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia (ANGE). Foi por essa organização, como único representante discente na diretoria, que conheci a Universidade Federal de Uberlândia, naquele mesmo ano. Em 1997, organizamos o ENECO no campus da Unicamp, em parceria com o Diretório Acadêmico de Economia da PUCCAMP.

Entre 1999 e 2001, participei do coletivo que mantinha a Rádio Muda, que transmitia em 105,7 FM da torre da caixa d'água do Ciclo Básico. Era um movimento de linha predominantemente anarquista. Muitos dos participantes eram estudantes do IFCH, onde aconteciam as reuniões. Alguns trabalhavam em pesquisas sobre comunicação social, a política de concessões de emissoras de rádio e TV e o movimento nacional de rádios livres e comunitárias. A rádio era aberta a um bom número de jovens secundaristas e moradores de bairros próximos, como o Betel (devido ao relevo, o sinal da rádio era voltado principalmente em direção a Paulínia). As rádios comerciais não davam espaço para o rap e o hip hop, que encontrava na Muda um canal para furar o bloqueio.

Em 2001, durante o primeiro Fórum Social Mundial de Porto Alegre, a Rádio Muda representou as rádios livres do Brasil transmitindo a partir do acampamento principal do evento. O equipamento e os programadores viajaram junto com a delegação do CAECO.

Todas essas pessoas, como eu, participavam de tais iniciativas sem esperar contrapartida na forma de certificados ou para somar horas de atividade extra-curricular. A relação com a comunidade externa era espontânea, e não passava pela formalização como projeto de extensão universitária. Fazíamos questão de manter nossa autonomia política e institucional. Muito depois, quando fui Diretor do IERI, me vi na posição de transmitir a importância dessa autonomia para representantes estudantis. São muitos os que imaginam que os centros acadêmicos são parte do organograma da universidade. A participação no movimento estudantil é muito importante para a formação política e para a cidadania, além da dimensão acadêmica e profissional, e acredito que isso seja importante de se destacar.

Durante esse período formativo, tive condição de priorizar os estudos, trabalhando no máximo em empregos de meio período. Comecei a trabalhar como professor em 1994, antes de começar a graduação, dando aulas de inglês na escola de línguas Jet Set, no centro de Campinas.

A partir do segundo ano de graduação, procurei oportunidades de trabalho dentro da universidade. Fui monitor da disciplina de Cálculo II (cálculo diferencial e integral com duas ou mais variáveis), oferecendo apoio pedagógico para outros estudantes. Na reta final da disciplina, a segunda prova e o exame, me dediquei a um grupo de colegas com dificuldade na matéria, com sessões inclusive aos sábados. Um deles me lembrou disso, agradecido, no dia da formatura.

Fiz alguns estágios de pesquisa em núcleos do IE. O mais longo foi junto ao Núcleo de Economia Agrícola, sob a supervisão de Lauro Mattei e José Graziano, trabalhando na elaboração de tabelas para o Projeto Rurbano. As tabelas eram produzidas em SPSS, para depois serem exportadas e editadas em Excel.

Um desses trabalhos merece maior destaque. Depois da iniciação científica e do mestrado, atuei por pouco mais de um ano, de 2003 a 2005, como monitor do curso de especialização em Diplomacia Econômica, coordenado por Mário Presser, em parceria da Unicamp com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (em inglês, UNCTAD – na época, dirigida por Rubens Ricupero). A Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham) também oferecia apoio. As aulas aconteciam principalmente em São Paulo (em Santo Amaro).

O curso era direcionado para as negociações de tratados comerciais então em andamento. A China havia recentemente aderido à OMC e uma nova rodada de negociação, a nona desde o GATT de 1947, havia começado. Em paralelo, os Estados Unidos pressionavam países diversos por acordos bilaterais e pela formação da Área de Livre Comércio das Américas (a ALCA). Por sua vez, um conjunto de países, futuramente chamado G20, havia se organizado para pressionar os países desenvolvidos por concessões no sistema multilateral de comércio.

Os manuais mais básicos eram fornecidos pela OMC, sobre a arquitetura do sistema multilateral de comércio em seus detalhes. A UNCTAD oferecia material didático para subsidiar um enfoque das negociações que colocava o desenvolvimento econômico em primeiro plano. Muito desse material era de alta qualidade, seja nos dossiês anuais de conjuntura do comércio internacional e do investimento direto externo, seja em trabalhos de síntese, dos quais destaco aqueles elaborados por Sam Laird (para acesso a mercados) e Heiner Flassbeck (sobre câmbio e macroeconomia aberta).⁴

Em São Paulo, o pessoal docente mobilizado pelo curso enquadrava o tema em um contexto mais amplo. Muitos dos docentes do IE participaram, de maneira que o estudante tinha acesso a cursos introdutórios em macroeconomia, economia industrial, agrária, ecológica e economia política internacional. Entre os participantes estavam Tullo Vigevani e Sebastião Velasco, do programa San Tiago Dantas de pós-graduação em Relações Internacionais, que também estava

4 Lucian Cernat et al., Back to basics: Market access issues in the DOHA agenda (UNCTAD Geneva, Switzerland, 2002); Heiner Flassbeck, "The exchange rate: economic policy tool or market price?", (Geneva), Discussion Papers n. 157, 2001.

no início de suas atividades. O Itamaraty também ofereceu conferencistas, como Samuel Pinheiro Guimarães.

Este trabalho envolveu a participação em alguns eventos relacionados com as negociações em andamento, seja organizado pela Amcham, seja por outras organizações da sociedade civil. Em junho de 2004, trabalhei como consultor para a Associação Brasileira de ONGs (ABONG), produzindo relatórios de acompanhamento da 11ª Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, realizada em São Paulo.

A monitoria encerrou-se com um curso de duas semanas na sede da UNCTAD, em Genebra, em fevereiro de 2005. Na ocasião, o diplomata brasileiro Luis Felipe Seixas Corrêa concorria ao cargo de diretor-geral da OMC, sem sucesso. Como se sabe, as negociações da rodada Doha e da Alca não foram concluídas e, com o recrudescimento do protecionismo pelos Estados Unidos, o sistema multilateral de comércio tornou-se um cadáver insepulto.

III. Atuação Profissional

A Bahia contra o Brasil Holandês: “uma prova dos nove”

Ao longo da graduação, minha atenção voltou-se cada vez mais para as disciplinas e as leituras em História Econômica. Uma força de atração principal era Celso Furtado. Entre seus livros, minha primeira leitura livre (independente das disciplinas de graduação) foi *A Fantasia Desfeita*, e tinha intenção de estudar a SUDENE. Para fazer isso, entendi que era preciso primeiro estudar a formação econômica do Nordeste.

Em julho de 1998, levei “Raízes do Brasil” para ler no ônibus até Belém do Pará, onde aconteceria o ENECO. Me interessou a síntese de Sérgio Buarque sobre o Recife, como uma exceção entre as cidades construídas pela colonização portuguesa. Daí para José Antônio Gonçalves de Mello foi um pulo, e mais um para *Olinda Restaurada*, de Evaldo Cabral. Essa seria a base para a realização de uma iniciação científica, com bolsa da FAPESP, sob a orientação de Rui Granziera.

O projeto não previa uma metodologia bem definida, e Rui me permitia seguir as leituras como achasse mais lógico. Recomendava-me atenção para os elementos que escapavam aos modelos usados na explicação. Seleccionamos o “Valeroso Lucideno” como iniciação à leitura de fontes, sem que isso tenha resultado em muito. A tentativa de incorporar Giovanni Arrighi (*O Longo Século XX*) e sua comparação dos impérios holandês e britânico também foi pouco

produtiva.⁵ O trabalho final baseou-se quase inteiramente numa organização dos argumentos principais dos dois primos pernambucanos.

Quando terminei o bacharelado, já estava inscrito para o mestrado em História Econômica. Não desejava outra coisa além de continuar estudando e construir uma carreira como docente. Desse ponto em diante, o trabalho sobre o Brasil Holandês foi o esteio de minha vida profissional, até a publicação de *Guerra e Pacto Colonial*, em 2013.

Naquele momento, o curso de mestrado em História Econômica era liderado por Ligia Osório e Wilma Peres Costa – pelo menos, os seminários de tese, que eram o eixo central do trabalho (do ponto de vista do corpo discente) eram realizados sob sua supervisão. Dos créditos em disciplinas, acredito que as aulas de Historiografia com Fernando Novais eram relativamente centrais na grade curricular e recebiam mais atenção da turma. Além disso, foi só no primeiro ano do mestrado que fiz meu primeiro estudo aprofundado de “O Capital”, com as aulas de Frederico Mazzuchelli.

O curso reunia economistas e historiadores, e cada qual encontrava-se diante da tarefa de recuperar-se da falta que faziam os conteúdos da outra graduação. Nesse quesito, as aulas de Fernando Novais eram mais importantes para os formados em Economia. Mas muito era feito pelo apoio mútuo entre os estudantes. Pessoalmente, meus professores imediatos do ofício de historiador eram Ricardo Zimbrão e Rogério Faleiros, que me recomendavam e comentavam leituras. A primeira delas, acredito, foi *O que é história?*, de Edward H. Carr.

Um bom exemplo do ambiente cooperativo entre os estudantes do mestrado foi o dossiê de História Econômica que organizei para a revista *Leituras de Economia Política*, junto com nove outros colegas, publicado em 2001. Continuei trabalhando para a revista nos anos seguintes, com destaque para a organização de um novo número em 2005.

Desse contexto como um todo, acredito que é importante destacar a leitura e as discussões que eram realizadas a partir de um texto específico, e que, a meu ver, dava a posição relativamente central da disciplina de Historiografia de Fernando Novais no projeto pedagógico do curso. Refiro-me a *História: análise do passado e projeto social*, de Josep Fontana.

Ali, o autor mostrava que as narrativas de reconstituição do passado funcionam como “explicação do sistema de relações que existem entre os homens, que serve para justificá-las e racionalizá-las”. De uma forma ou de outra, estão sempre indissociáveis de uma “visão global da história”, que apresenta esse sistema como resultado de uma ordem “natural” do progresso

5 Giovanni Arrighi, *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*, trad. Vera Ribeiro (Contraponto, 1996). Essa comparação, derivada de Charles Tilly, foi objeto de uma crítica definitiva por parte de Jonathan Israel, em uma palestra na própria Unicamp, alguns anos depois.

humano.⁶ Por conseguinte, o trabalho do historiador “há de ser vital, porque servirá para revelar as legitimações em que se apoia a aceitação do presente, e, sobretudo, porque há de permitir-nos reconstruir uma linha de progresso que possa projetar-se até o tipo de futuro que desejamos alcançar”.⁷

Nenhum dos autores estudados na pós-graduação era tão definitivo em destacar o sentido daquele ofício, bem como os problemas que exigem atenção para que esse seja bem exercido. Acredito que a maioria dos colegas que se formaram ali concordaria com essa perspectiva. Pessoalmente, a leitura de Fontana naquele contexto permanece para mim uma referência fundamental. Ela detalha e desenvolve a relação entre o materialismo histórico e a escrita da história em geral, assim como justifica a máxima que se lê nas contracapas dos livros da coleção Estudos Históricos, da HUCITEC: “conhecer o passado é a única maneira de nos libertarmos dele, isto é, destruir os seus mitos”.

Foi sob essa perspectiva que meu trabalho de pesquisa passou a focalizar a Bahia e o Estado do Brasil. O período holandês é relativamente rico em fontes primárias (comparado, por exemplo, com a segunda metade do século XVII), devido à mobilização decorrente do conflito. No entanto, gradualmente compreendi que faltava uma reconstituição do esforço de guerra pelo governo geral, em Salvador, e do impacto da conjuntura sobre a economia baiana.

Sobretudo, fui levado a esse caminho por encontrar, no acervo Sérgio Buarque da Biblioteca Central da Unicamp, as atas e a correspondência do Senado da Câmara de Salvador, começando pelo ano em que as tropas da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (a WIC, ou GWC) foram expulsas da cidade. Essa foi a fonte fundamental para organizar o trabalho. Naturalmente, foi necessário um foco particular nas fontes relativas à ocupação de Salvador: Antônio Vieira, Tamayo de Vargas, Narbona y Zuñiga, entre outros relatos e testemunhos, bem como algumas das muitas fontes neerlandesas, entre as que encontram-se traduzidas (Johann Aldenburgk, Gaspar Barleus, Adrian van der Dussen, Johann Nieuhof, por exemplo).

Meu orientador, ao longo do mestrado, foi Fernando Novais. Não vou deixar de repetir aqui minha gratidão pela convivência e pelo aprendizado com um professor tão importante, para tantos de nós que atuam no campo da História Econômica.

A metodologia de trabalho seguia os modelos de fichamento descritos por Umberto Eco, em *Como se faz uma tese*. As fichas de assunto eram feitas em papel-cartão. No doutorado, elas seriam transferidas para uma base de dados em computador, elaboradas com o software Filemaker. As fichas bibliográficas e referências eram feitas em Endnote.

6 Josep Fontana, *História: análise do passado e projeto social*, trad. Luiz Roncari (EDUSC, 1998), p. 9.

7 Id., *ibid.*, p. 265.

Fernando Novais tinha horror ao sistema de referência bibliográfica da ABNT, e exigia que citações se fizessem de acordo com "as normas do saber". Em pelo menos um sentido, sua revolta era justificável: a adoção forçada do padrão autor-data em parênteses não apenas polui a leitura, em textos com muitas referências, como é impossível de se usar a contento para fontes documentais.⁸ Por outro lado, algumas de suas exigências (como a impressão com vírgula apenas, sem dois pontos) eram idiossincráticas em demasia. Como sou filho de uma bibliotecária, aprendi a dar alguma seriedade aos padrões de referência bibliográfica. Nunca compreendi aqueles que expressam o desejo de terem seus nomes citados de uma ou outra forma especial. Além de ser uma vaidade bastante supérflua, essas são convenções destinadas à preservação do conhecimento. Atualmente, treinamos os estudantes a repetir normas de citação mimetizando o padrão ABNT sem pensar, da mesma forma que uma criança na Roma antiga precisava decorar que 2 mais 2 é igual a 4 sem saber o que isso significa. Não sei se é o melhor que podemos fazer, em prol da formação de cidadãos leitores. Fernando Novais, por exemplo, dava ênfase na importância de se ler integralmente as bibliografias, de forma a conhecer editoras, tradutores, etc.

De um ponto de vista historiográfico, o enfoque que foi dado ao trabalho pode ser entendido a partir de algumas referências principais, além de Evaldo Cabral de Mello. Entre vários dos clássicos sobre a sociedade escravista colonial, eu me orientava muito pelos estudos de Stuart Schwartz e Vera Ferlini. Não apenas porque ambos haviam dedicado atenção à Bahia, mas porque, além do aprofundamento na estrutura técnica da economia açucareira (o que pode ser encontrado em um grande número de autores), com eles a perspectiva se ampliava para temas como relações de trabalho, financiamento e comercialização, propriedade da terra e conflitos decorrentes, as intersecções socio-políticas com a burocracia, a relação entre colono e colonização, entre outros. Além disso, com o olhar dedicado ao Brasil Holandês e a mesma profundidade na perspectiva, já era possível contar com *A Misera Sorte*, de Pedro Puntoni, e sua análise dos conflitos decorrentes da reprodução da sociedade escravista e a forma como eram compreendidos pelo aparelho comercial e religioso da WIC.

8 Fernando Novais não está sozinho em sua ojeriza à adoção de citações em parênteses no texto como norma. Em palestra recente, na Universidade Federal Fluminense, Guilherme Pereira das Neves foi igualmente categórico: "é impossível escrever história sem notas de rodapé". Certa vez, ouvi um colega afirmar que "só usa notas de rodapé quem escreve mal", sem nunca ter publicado um livro de sua autoria ele próprio. Se tivesse, talvez conheceria a pressão que as editoras exercem sobre os autores para evitar as notas de rodapé. Até os clássicos são hoje em dia editados com as notas no fim do capítulo ou, pior, do volume, o que é igualmente enervante. Com isso, é suprimida uma prática que já foi descrita como uma forma de arte. São famosas, por exemplo, as notas de rodapé em "Declínio e queda do Império Romano", de Gibbon. Há debates que se desenrolaram apenas porque as notas permitiram encontrar e resolver deficiências no trabalho de pesquisa, até mesmo na obra de Leopold von Ranke. Anthony Grafton descreve um conjunto de temas importantes para a escrita da história que se relacionam com essa prática: a relação com o uso de fontes primárias; a inserção de referências frágeis para legitimar afirmações duvidosas; a elaboração de notas antes, durante ou depois da escrita; além, é claro, do óbvio perigo que existe em produzir notas de rodapé exageradamente numerosas ou prolixas (Anthony Grafton, *The Footnote: a curious history*. Cambridge: Harvard, 1997).

Concluí o mestrado com a defesa da dissertação, em dezembro de 2003, intitulada *A idade de ferro da Bahia*. O título era referência a um discurso do governador Diogo Luís de Oliveira na Câmara de Salvador, adiantando aos presentes que a conta da restauração de 1625 seria alta. Na banca estavam Jobson Arruda e Leila Algranti. O trabalho tinha quatro capítulos. O primeiro, sobre a renovação da expansão colonial europeia no contexto da "crise geral" do século XVII, e a nova competição inter-metropolitana pelo espólio colonial americano. O segundo descrevia os impactos do conflito sobre a estrutura produtiva da economia açucareira do Recôncavo Baiano, como a queima de canaviais. O terceiro descrevia as medidas fiscais dedicadas ao "sustento do presídio" (a manutenção dos terços de infantaria na capital). O quarto, por fim, delineava a conjuntura econômica decorrente da guerra, particularmente para os preços e o comércio de açúcar, até a criação e o funcionamento da Companhia Geral de Comércio do Brasil.

Quando o mestrado foi concluído, eu já trabalhava no curso de especialização em Diplomacia Econômica da Unicamp, e não pensava no doutorado. Estava sem bolsa e sem emprego, precisava encontrar remuneração. Ao longo de 2004, fui procurado por Jobson Arruda para continuar o trabalho sobre o Brasil Holandês sob sua orientação. Eu conhecia e admirava o seu trabalho, e obviamente aceitei o convite, pelo que sou igualmente agradecido. A ideia era continuar trabalhando com o governo geral da Bahia durante a guerra com a WIC, mas ampliando o corpo de fontes e incorporando a bibliografia recém-publicada.

Fui aprovado tanto no programa de Desenvolvimento Econômico (com área de concentração em História Econômica) do IE/Unicamp, quanto no programa de História Econômica da FFLCH/USP. Optei por continuar em Campinas, e o curso começou em março de 2005. O projeto foi aprovado pela FAPESP para ser contemplado com uma bolsa de doutorado.

O curso de doutorado no Instituto de Economia era ainda mais carregado em créditos de disciplinas do que o mestrado. O eixo central do projeto pedagógico era composto por "Interpretações do Capitalismo" e "Interpretações do Brasil", ministrados pelos professores Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello. No ano em que realizei esses créditos, as disciplinas passaram a contar com a participação de Silvio Rosa. Entre as demais disciplinas, destaco as aulas de Teoria do Estado com Carlos Estevam Martins e de História Econômica com Pedro Paulo Zabluth Bastos e Eduardo Mariutti.

Em concomitância ao doutorado, a partir de 2005 também comecei a trabalhar regularmente como professor em cursos de nível superior. Praticamente não lecionei durante o mestrado, exceto por um estágio docente supervisionado por José Ricardo Gonçalves, na Unicamp.

Nesses anos, a docência era para mim um trabalho muito difícil. Após cinco anos na pós-graduação, minhas referências para a prática pedagógica implicavam em um problema: se de um lado proporcionavam uma excelente formação acadêmica, fora de espaços como a USP e a Unicamp a sala de aula exigia uma abordagem muito diferente.

Enquanto recebia orientação de Fernando Novais e Jobson Arruda, em diferentes ocasiões procurei ouvi-los sobre a prática pedagógica. Jobson tem orgulho em dizer que teve mais de um milhão de alunos no Colégio Objetivo, e eu sabia ter muito a aprender com ele sobre a docência. Ambos foram estudantes e orientandos de Eduardo d'Oliveira França, e lembravam muito sobre ele e suas aulas. O “velho França” fora estudante de Braudel, durante a missão francesa e a formação do curso de História da USP. Muitas de suas máximas ainda hoje estão circulando. Fernando Novais, em particular, contou-me como França cobrava dos professores em formação a elaboração de um problema para ser apresentado no início da aula, mas que devia ser retoricamente apresentado sem a formulação de uma pergunta. O exemplo que ele considerava mais claro era de uma aula sobre os Países Baixos no século XVI: “A Alemanha, protestante. A França, católica. Os Países Baixos, entre um e outro.”

A despeito de ser um legado inestimável para a universidade, o fato porém era que, no cotidiano da prática docente, conforme avançava a massificação do ensino superior, essa filosofia não ecoava nas salas de aula de setores da sociedade que começavam a ter acesso ao sistema. Como dizer a esses estudantes, com o seu perfil sócio-econômico e as dificuldades que enfrentam para conseguir estudar (além do progressivo desprestígio do trabalho docente, em si outro problema fundamental), que a “pontualidade é a virtude dos medíocres”?

Em fins de 2005, por exemplo, fiz uma péssima prova didática em processo seletivo da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, muito por ainda não estar consciente dessa realidade. Eu havia ministrado disciplinas em dois cursos de pós-graduação da FESPSP e ansiava por entrar no corpo permanente daquela instituição. Eu achei que tinha feito uma boa exposição. Aldo Fornazieri, coordenador na escola, me fez acordar: eu havia feito a aula praticamente inteira sem levantar da cadeira, com uso escasso do quadro e mínimo engajamento com o ouvinte. Uma coisa é ouvir uma hora de reflexões de Eduardo d'Oliveira França. Um jovem de 20 e poucos anos, é outra história.

Aos poucos, porém, fui aprendendo o ofício. Na Escola de Sociologia Política, trabalhei em 2005 nos cursos de Política e Relações Internacionais (com uma disciplina de História das Relações Internacionais) e Globalização e Cultura (com a disciplina de Economia). No ano seguinte, no curso de “Economia e Política das Eleições”, que a FESPSP oferecia para jornalistas, como formação para as eleições que ocorreriam aquele ano. Foi Eduardo Mariutti, de saída daquela escola para trabalhar na Unicamp, que havia me indicado para a FESPSP, e foi ele também que me avisou de vaga para trabalhar nas Faculdades de Campinas (Facamp).

Na Facamp, trabalhei entre 2006 e 2010. Comecei com a disciplina de Política Externa Brasileira (para a graduação em Relações Internacionais), e depois assumi disciplinas de Formação Econômica do Brasil (para as graduações em RI e Economia). Comparado com a maioria das instituições particulares de educação superior, a Facamp oferecia condições de trabalho muito boas. Sob a supervisão de João Manuel Cardoso de Mello, a instituição prezava pela qualidade do

ensino e favorecia a qualificação do pessoal docente. A carga de trabalho era adequada, e realizavam-se seminários com os docentes de todos os cursos, às quartas-feiras.

Meus companheiros mais próximos no ensino de história econômica do Brasil eram Rogério Faleiros, Fábio Antônio de Campos e Fernando Henrique Lemos, todos trabalhando ao mesmo tempo em suas teses de doutorado. Foi acompanhando o seu trabalho e elaborando em conjunto os programas daquelas disciplinas que formei meu entendimento do processo brasileiro de industrialização e sua relação com a economia internacional. Muito das bases da minha prática no ensino dessas disciplinas, centrais na formação do economista, foi formada junto a esse grupo.

Não obstante a docência, o eixo central de minha agenda de trabalho naturalmente permanecia no projeto de doutorado, sobretudo na pesquisa de fontes documentais. Para tanto, foi imprescindível um período de pesquisa em arquivos de Lisboa, viabilizado pela participação em programa do Instituto Camões e da Cátedra Jaime Cortesão, da USP. Embora tenha representado um período curto, de pouco mais de dois meses, ele não apenas deu-me o acesso a fontes importantes como o contato físico com manuscritos permitiu-me aprender a paleografia do século XVII. Sem isso, teria enfrentado enorme dificuldade para mergulhar nos CDs do Projeto Resgate referentes ao período, o que levaria algo entre dois e três anos para ser concluído.

Além do apoio de colegas da Cátedra Jaime Cortesão, na época coordenada por Vera Ferlini, a preparação para a pesquisa em Portugal foi feita principalmente com o *Guia de fontes portuguesas para a história da América Latina*, de Fernanda Olival. Ainda assim, devo dizer que o desconhecimento de muito do ofício de historiador fez-me desembarcar nos arquivos portugueses bastante perdido.

Trabalhei primeiro na Torre do Tombo, onde encontrei muito pouco do material usado na tese. Porém, a leitura dos enormes tomos da Chancelaria Régia, onde lia provimentos de oficiais que havia selecionado, proporcionou-me uma boa iniciação prática naquele trabalho. Por outro lado, na Biblioteca do Palácio da Ajuda pude consultar coleções que seriam centrais para a pesquisa, como a correspondência de Francisco Soares de Abreu (provedor-mór em Salvador entre 1629 e 1632) e de Fernando Mascarenhas, o Conde da Torre (comandante da armada despachada ao Recife em 1639). Como a Biblioteca da Ajuda fechava pouco antes das 17h, ainda era possível pegar o ônibus até a Torre do Tombo e continuar a pesquisa ali até por volta de 20h. A Biblioteca Nacional de Lisboa não tinha acervo relevante para a pesquisa, mas ficava aberta aos sábados e ali era possível trabalhar com bibliografia ou com catálogos de outros acervos. Foi ali, por exemplo, que encontrei as cotas para consultar, na biblioteca da Universidade de Coimbra, cartas familiares do Marquês de Montalvão, de grande valor para o entendimento de sua prisão em 1641, após a aclamação de D. João IV.

A maior parte do trabalho de pesquisa, porém, foi realizada em Campinas, graças ao Projeto Resgate, que disponibilizava em CDs um conjunto de digitalizações do Arquivo Histórico

Ultramarino. A série com os documentos catalogados por Luísa da Fonseca em meados da década de 1930 estava contido em 6 CDs. A série “Bahia – Avulsos” precisava de 30 ou mais. A série catalogada por Eduardo de Castro e Almeida não tinha documentos relevantes para a pesquisa. Trata-se, é claro, de documentação diversa que de alguma forma passou pelo Conselho Ultramarino (ou, antes de 1642, pelo Conselho da Fazenda), a instância mais alta da administração colonial.

Como se vê, a pesquisa documental não chegava a constituir uma série, e a integração de cada fonte à estrutura do trabalho dependia de fichamento cuidadoso. O recorte do trabalho implicava que o universo de fontes disponíveis exigiria talvez uma década de pesquisa, considerando-se apenas as fontes que encontravam-se catalogadas naquele momento.⁹ Desse universo, devo dizer que o acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia, onde não consegui trabalhar mais que uma semana, certamente poderia ter sido muito melhor aproveitado. Outra deficiência importante foi a pesquisa nos códices do Conselho Ultramarino, que naquela época já estavam digitalizados.

Todavia, foi possível levantar material suficiente para cumprir com o objetivo do trabalho, tal como havia sido proposto inicialmente e como, por fim, foi realizado na tese de doutorado:

Em Tempo dos Flamengos, José Antônio Gonçalves de Mello percebeu que o domínio holandês de Pernambuco fora fragilizado por uma tensão interna, que veio a determinar o insucesso da empresa. Em sua obra, ela aparece como uma tensão entre meio urbano e meio rural, pela incapacidade do batavo em ocupar as faixas de terra da hinterlândia açucareira. O habitat do invasor era Recife, o mangue de trapiches e palafitas que transformou em uma cidade. Drenou-se o terreno, fizeram-se diques, canais, a grande ponte sobre o Capibaribe; então, os palácios da Cidade Maurícia, na Ilha de Antônio Vaz – do alto, Olinda olhava quieta a transformação do pequeno almoxarife enlodado donde dantes se despachava sua opulência. Foi o primeiro núcleo de efetiva vida urbana do litoral brasileiro, que finalmente pereceu na fragilidade do vínculo com sua base rural, posto a perder pela cobrança pouco habilidosa das dívidas dos senhores de engenho com o comércio. O argumento incrementou-se nos demais trabalhos do pernambucano, depois com Charles Boxer, e consolidou-se em Olinda Restaurada, de Evaldo Cabral de Mello. Com este, pôde-se ver não apenas a guerra pelo açúcar, mas o açúcar pela guerra, o negócio no financiamento dos exércitos e da marinha. Sobretudo, com a “querela dos engenhos”, viu-se a que ponto o rompimento com os holandeses era imprescindível para a casta local daqueles senhores (muitos dos quais haviam feito sua fortuna no comércio com o invasor, entre eles o próprio líder da rebelião).

9 Em Portugal, os fundos documentais que encontram-se catalogados e disponíveis para consulta são uma parte ínfima do todo. Um funcionário da Torre do Tombo me disse, em 2006, que haviam dezenas de quilômetros de prateleiras cheias de papel esperando para receber uma cota e alguma atenção.

*Tributário desse argumento, o presente texto pretende lhe fazer uma prova dos nove: indicar o modo pelo qual, durante a invasão holandesa, o vínculo com a açucarocracia baiana sustentou a presença da Coroa de Portugal naquela capitania, e nela garantiu a defesa do Estado do Brasil. Buscaremos compreender os problemas causados pela guerra aos senhores da colônia e ao governo colonial, e a maneira como foram contornados.*¹⁰

A tese foi defendida em fevereiro de 2009, diante de banca composta por Pedro Puntoni, Ângelo Carrara, Eduardo Mariutti e Fernando Novais. Eu estava atrasado na elaboração do texto, e entreguei a versão final no apagar das luzes, para não perder o prazo e ser desligado do programa. Como havia dado prioridade à pesquisa documental, o trabalho de interpretação, à luz dos debates relevantes da época, estava incompleto. Tudo isso era perceptível no texto que foi entregue, e minha tese foi rigorosamente criticada por todos os membros da banca. Contudo, acredito que consegui sustentar uma defesa aceitável, e o trabalho foi aprovado. O mesmo sucedeu com a Fapesp, que igualmente aprovou as atividades realizadas e o resultado final.

Por conseguinte, a despeito da necessidade de cumprimento dos prazos do programa de pós-graduação, esse trabalho ainda tinha tarefas a serem cumpridas, muitas das quais haviam sido apontadas pela banca. Continuei me dedicando a ele por quase três anos, inclusive na pesquisa de fontes documentais, junto com outras atividades de trabalho e após o ingresso na UFU, em março de 2010. Em junho de 2012, um mês antes do nascimento de minha filha Nara, terminei o texto que seria publicado pela editora Alameda no ano seguinte.¹¹ Todos os trechos da tese foram revisados e complementados, e o último capítulo desdobrou-se em dois.

O argumento da tese é relativamente simples. Primeiro, de que a disputa luso-neerlandesa pelo litoral açucareiro, apesar dos muitos componentes coloniais (como a “guerra do mato” e as alianças com povos indígenas), só seria resolvida por seus componentes europeus: a infantaria de linha, a guerra de sítio e a supremacia naval. Para os aspectos militares desse ponto, uma contribuição importante é a do almirante Max Justo Guedes, ele próprio com grande influência de Evaldo Cabral. Os conflitos decorrentes da violência colonial, seja das expedições militares contra quilombos e mocambos que ocorreram durante a guerra contra a WIC, seja da dimensão prisional da *plantation*, são trazidos para o mesmo contexto. Com isso, sustenta-se que as forças “paramilitares” da colonização eram insuficientes para desalojar a infantaria sob controle das praças estratégicas (Salvador e Recife), particularmente sem o bloqueio naval. Por conseguinte, ficava posta a necessidade de se armar frotas que defendessem a comunicação com Portugal e sustentar terços (regimentos) de infantaria em Salvador.

10 Wolfgang Lenk, “Guerra e pacto colonial: exercito, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654)” (Tese de Doutorado, IE/Unicamp, 2009), p. 10.

11 Wolfgang Lenk, *Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil Holandês* (Alameda, 2013).

Em segundo lugar, a tese dimensiona o que representava o “presídio” (a guarnição soteropolitana, com dois terços de mil homens cada) em termos demográficos e sociais para uma cidade que, imediatamente antes do conflito, tinha uma população total de talvez cinco ou seis mil habitantes. Os conflitos e condições de inserção social da gente de guerra na Bahia foram descritos, com base na pesquisa documental (que localizou dezenas de petições de militares à Coroa, descrevendo suas situações particulares), bem como em publicações sobre o recrutamento e a vida do combatente na época (principalmente o livro de Jorge Penim de Freitas). O ponto central aqui é que, para atuar como infantaria regular, o presídio precisava ser minimamente remunerado, e a conta precisava ser paga.

No terceiro capítulo, são descritos os “socorros do Reino”, a remessa de frotas e materiais em apoio à guerra no Brasil. Dentro do argumento central da tese, a pergunta é se a conta do presídio é de alguma forma paga na Europa. A resposta não é difícil de encontrar: com a urgência permanente de se aprestar armadas para o litoral brasileiro, todos os recursos disponíveis iam para a marinha e a tentativa de se reverter a supremacia naval neerlandesa no Atlântico Sul (como mostram os inúmeros despachos da Coroa nesse sentido). Por sua vez, essa dedicação de recursos era articulada ao comércio colonial, de forma que os socorros de tropas e petrechos de guerra ao Brasil eram acompanhados de produtos para comercialização na colônia (tecidos e vinho, principalmente, mas também sal e azeite, entre outros). A vinculação entre a política naval e o comércio colonial tornou-se explícita com a criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil, que escoltou as frotas do açúcar a partir de 1649 e cuja armada foi responsável por finalmente bloquear o Recife e encerrar a guerra. Neste quesito, a pesquisa realizada dialogava em muito com o trabalho de Leonor Freire Costa.

Por conseguinte, fica patente que o financiamento da defesa da Bahia demandava o esforço fiscal por parte das autoridades coloniais. Este foi reconstituído no capítulo quarto, em sua dimensão fiscal. São descritas a conjuntura econômica do período e suas decorrências para a economia baiana. Com isso, são apresentados os dispositivos fiscais à disposição da Fazenda Real em Salvador e como foram usados para custear os pagamentos à infantaria. Entre eles, talvez se possa destacar o imposto do vinho e os “donativos” compulsórios. Essa dimensão do trabalho dialogava diretamente com novos estudos sobre o “Estado fiscal-militar”, de uma rede de pesquisa coordenada por Huw Bowen (para a qual o texto principal, acredito, era *The Sinews of Power*, de John Brewer). Participei da construção de dois livros dessa rede, publicados em 2007 e 2011, após um encontro em Helsinki em 2006.

No último capítulo, a organização da defesa da Bahia e o esforço fiscal decorrente dela desdobram-se em um problema político, com três polos locais: os provedores da Fazenda, os governadores gerais e a Câmara de Salvador. No posicionamento desses agentes entre si, ou diante da Coroa, dos agentes comerciais (particularmente da Companhia Geral) e da hinterlândia agrícola da capitania, é possível ver como se tentava transferir o ônus do pagamento da infantaria. Particularmente, como já haviam mostrado Pedro Puntoni e Marcelo Henrique Dias, as

consequências do contexto para a região produtora de farinha de mandioca (na então capitania de Ilhéus) para o abastecimento de Salvador. Com isso, desenhava-se o fortalecimento político de Salvador no Estado do Brasil, tal como seria descrito (por exemplo, para o século XVIII) por Avanete Pereira Sousa.

Os primeiros exemplares de *Guerra e Pacto Colonial: a Bahia contra o Brasil Holandês* circularam em agosto de 2013, e acredito que em geral foram bem recebidos pelos colegas do ramo, apesar de suas inevitáveis deficiências. O livro foi divulgado em alguns eventos de lançamento, dos quais o principal foi o *fHist*, festival de livros de História organizado pelo Ministério da Cultura em 2013, na cidade de Diamantina. Ali, dividi uma mesa com Pedro Puntoni, intitulada “Guerras brasílicas: motins, revoltas e rebeliões”. Desde então, o livro tem sido usado e citado com alguma regularidade. Ocasionalmente, recebo mensagens pessoais de leitores, das quais destaco duas que me foram mais caras: de Evaldo Cabral de Mello e de Stuart Schwartz.

Sobre a relevância desse trabalho (e a maneira como vem sido utilizado, até onde posso observar), talvez seja possível o registro de duas observações. Em primeiro lugar, destaco que o eixo central da tese reside na análise da distribuição e da disputa pelo excedente econômico, em um contexto que exige sua orientação para a atividade militar. Um dos desafios para a formação em Ciências Humanas, acredito, encontra-se no conceito de excedente. O marginalismo expulsou-o do pensamento econômico dominante, e não é sempre que os autores de herança keynesiana o trazem de volta. Contudo, não é um conceito fácil de se dominar, e sem ele fica impossível uma compreensão mínima das bases que estabelecem o campo da História Econômica, para não falar da Economia, como ciência, em geral. Entendo que nesse trabalho é possível encontrar um exercício simples e claro desse instrumento fundamental.

Além disso, a publicação foi feita em meio a um debate acadêmico em particular, acerca do espaço político ocupado por camadas da sociedade colonial dentro da monarquia portuguesa. Há interpretações diversas desse aspecto da colonização, sendo que há aqueles que encontram uma relação praticamente horizontal entre os vários componentes daquele corpo político (o que aparece, por exemplo, na substituição do termo “colonial” por “ultramarino”). Como procurei deixar claro na introdução, o livro situa-se no campo das interpretações que compreendem a agência do senhorio colonial dentro de uma estrutura imperial. Como o tema principal está na necessidade da Coroa em trabalhar a composição política com esse senhorio, de maneira a garantir a segurança do Estado do Brasil, obviamente trata-se de um momento decisivo para essa relação. Particularmente, a subordinação da lavoura de abastecimento (o “conchavo das farinhas”) indica que esse espaço político se organizava em torno de hierarquias indissociáveis da reprodução do espólio colonial. Para além desse debate, vale destacar que a publicação também tem sido utilizada por uma variedade de pesquisas sobre capitanias diferentes no mesmo período, no tocante aos temas da fiscalidade e da guerra.

Economia Brasileira, Desenvolvimentismo e Realismo Capitalista

Entre os anos de 2013 e 2017, aproximadamente, realizei um conjunto diverso de atividades que aparecem reunidas, para fins deste memorial, mas que estiveram pouco articuladas em torno de um eixo central. Concluído um projeto que me havia tomado mais de uma década, repleta de marchas e contramarchas, engajei-me em projetos de realização curta. Ao mesmo tempo, com Nara em seus primeiros anos de vida, era importante não deixar que o trabalho invadisse a vida familiar, como é tão comum em nossa categoria. Não obstante, isso não quer dizer que produzi menos – pelo contrário, acredito que foi um período fundamental para minha prática, pois pude me dedicar ao melhoramento das disciplinas que lecionava e ampliar o escopo dos estudos e de atividades de pesquisa. Foi só nessa época, por exemplo, que consegui fazer uma leitura sistemática e cuidadosa de *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, de Fernand Braudel (no segundo semestre de 2012, salvo engano).

Ademais, pude me dedicar melhor a conhecer a Universidade Federal de Uberlândia, onde comecei a lecionar em março de 2010. Após a conclusão do doutorado, tentei ficar atento ao aparecimento de vagas no magistério superior em universidades públicas. Estava em seu auge o processo de expansão da educação superior federal pelo programa REUNI, e havia um número grande de concursos em andamento. Como dito, eu já conhecia o Instituto de Economia da UFU, graças à minha passagem pelo movimento estudantil, quando vi a publicação de edital para a área de “Economia Marxista”. Tive sorte, ademais, pois na mesma época eu estava trabalhando, junto com colegas da Facamp, na leitura de textos filosóficos que incluíam o jovem Marx, particularmente as *Teses sobre Feuerbach* e a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Creio que isso, somado à minha formação anterior e ao acompanhamento atento da crise de 2008, permitiu-me participar do certame com desempenho suficiente para ser convocado.

O IE/UFU imediatamente revelou-se, para mim, uma instituição privilegiada para a docência. A universidade, como um todo, tem uma história importante na educação superior, com faculdades e cursos que existem desde a década de 1960. O curso de Economia existe desde 1965, salvo engano. Não obstante, todos os colegas mais antigos traziam uma memória vívida das transformações ocorridas após a federalização de 1978 e a renovação do corpo docente, que no caso do IE havia implicado em um esforço de qualificação durante os anos 1990. Esse movimento implicava em dinamismo e pluralidade de perspectivas, como é cotidianamente lembrado em nossas deliberações.

Principalmente, o IE imediatamente integrou-me (como se faz até hoje, com os novos professores) em sua instância máxima, um conselho onde todos os docentes participam em condição de igualdade. Ao chegar, logo fui testemunha de um conjunto de embates marcantes, decorrente de divisões internas ao quadro. Era possível observar, inclusive, cicatrizes da recente reformulação do projeto pedagógico do curso de Ciências Econômicas, bem como da criação do curso de Graduação em Relações Internacionais. No entanto, minha impressão era que o debate

franco e participativo expunha as divergências, mas pacificava o corredor. Até hoje, avalio que o atual IERI (as Relações Internacionais entraram no nome em 2016) oferece um ótimo ambiente coletivo de trabalho docente.

Desde o início, estive à disposição do Instituto para todo tipo de atividade, o que já incluiu ministrar disciplinas para cursos de graduação em Administração, Comunicação Social, Jornalismo e História. No ensino à distância, atuei na graduação em Administração Pública, organizada pela Faculdade de Gestão e Negócios da UFU e oferecida pela Universidade Aberta do Brasil. Em todos esses casos, ministrei disciplinas de Introdução à Economia ou de Economia Brasileira.

No curso de graduação em Economia, fui inicialmente alocado na disciplina de Economia Marxista, a qual dividia com Paulo Gomes. As aulas ainda aconteciam no bloco 1J. O programa era dedicado à leitura do primeiro livro de *O Capital*, o que fazíamos, eu e Paulo, de formas diferentes. Eu trazia uma formação, pela Unicamp, que usa Issak Rubin. Ademais, por trabalhar na História Econômica, apostava (e ainda aposto) na importância de textos do jovem Marx, sobretudo o *Manifesto* e as *Teses sobre Feuerbach*, que me parece tem pouco espaço nos cursos de ciências econômicas. Entre os economistas, acredito que são mais comuns as leituras na linha de Louis Althusser. Paulo Gomes usava muito (e muito bem) o *Genese e Estrutura de O Capital*, de Roman Rosdolsky. Creio que as diferentes linhas de interpretação nunca resultaram em desgaste no trabalho, pelo contrário – atuávamos de forma complementar, em benefício da formação do corpo docente.

Além disso, logo assumi as primeiras turmas de Formação Econômica do Brasil na graduação em Relações Internacionais. De início, continuei trabalhando com essa disciplina sem mudanças importantes, seguindo o programa que havia elaborado em conjunto com Fábio Campos nos últimos anos de atuação na Facamp. Os marcos principais implicavam na divisão em quatro partes: a primeira, sobre o período colonial, seguida de três partes referentes a transformações ocorridas num longo século XIX: a formação do Estado nacional, a crise do escravismo e as fases iniciais da industrialização. Depois de 2013, porém, trabalhei um número grande de textos em sala de aula, dos quais vale a pena destacar os que tiveram melhor efeito didático.

Para o período colonial, a ênfase na tríade composta por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Jr. foi abandonada. Acredito que, por ter passado por um conjunto de leituras de Nietzsche e Freud quando jovem, bem como uma disciplina nesse campo no IFCH/Unicamp, eu tinha uma capacidade razoável de trabalhar com os dois primeiros autores. Todavia, minha experiência na disciplina me levou a entender que seu papel na graduação em Ciências Econômicas e Relações Internacionais é menos importante do que abordar outros temas, dada a carga horária restrita para esses componentes curriculares. Continuei a considerar a leitura de Caio Prado como fundamental, pela forma como este coloca o processo de colonização dentro da modernidade. Mas esta passou a vir acompanhada de Ciro Flamarion Cardoso (*Agricultura, capitalismo e escravidão*), de maneira a trabalhar as relações sociais de produção formadas na

colônia em maior detalhe e profundidade. Naturalmente, isso significa uma ênfase maior em recortes de perspectiva materialista. Dentro desse campo, também destaco o retorno positivo no uso de textos de Stuart Schwartz (*Escravos, roceiros e rebeldes*) e Angelo Carrara (a introdução de *Minas e Currais*).

Para a formação do Estado no século XIX, o texto que uso em posição central é uma síntese proposta por Wilma Peres Costa em capítulo publicado na *História Econômica da Independência e do Império*, organizado pela ABPHE em 2002. Com o passar dos anos, usei uma variedade de autores nesse bloco, seja focando no processo de independência, no período das regências ou no segundo reinado. Posso destacar, entre os de melhor resultado didático, a *Trajetória Política do Brasil* de Francisco Iglesias. *Coronelismo, Enxada e Voto*, o clássico de Victor Nunes Leal, também é normalmente bem trabalhado pelos estudantes.

Para a crise do escravismo e a formação do mercado de trabalho no Brasil, os textos mais usados provavelmente foram os de Emília Viotti. Com o tempo, observei que livros como *Da Senzala à Colônia* (bem como *Terras Devolutas e Latifúndio*, de Lúcia Osório) tornaram-se mais difíceis de usar em sala. A quantidade de leituras possível de se cobrar do corpo discente foi se reduzindo, e tive dificuldade em selecionar trechos para uso pedagógico. Um texto com o qual obtive bom efeito didático é “Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX”, publicado por Rafael Marquese na revista *Saeculum*. A ênfase nesse tema também abriu maior espaço para as dimensões políticas da crise, talvez em linha com a bibliografia mais recente. Autores como Cláudia Tessari, Rogério Faleiros e Alexandre Freitas Barbosa também foram usados, em momentos diferentes ao longo dos anos.

Para o debate sobre a formação do capital industrial e o “complexo cafeeiro”, os textos mais usados foram os clássicos de Sérgio Silva, Wilson Suzigan e Wilson Cano. Dentro de sua linha, *O Capitalismo Tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello, foi substituído por *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, mais acessível. A *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*, de Celso Furtado, a meu ver oferece um material muito bom nos capítulos 9 e 10, mas seu entendimento pelo corpo discente é difícil. Embora nunca tenha me dedicado à pesquisar, propriamente, tais temas (para além da elaboração de material didático), acredito ser válido o registro da experiência pedagógica, para avaliação.

Trabalhei também por vários anos com a disciplina de Economia Brasileira Contemporânea 1, também nas graduações em Economia e Relações Internacionais. A disciplina aborda o processo brasileiro de industrialização entre as décadas de 1930 e 1970, em grande parte equivalente à disciplina que, em outros cursos de Ciências Econômicas, é denominada Formação Econômica do Brasil 2. O recorte temporal se explica, não apenas por serem décadas decisivas para o entendimento da economia brasileira, mas porque o ensino de História Econômica na graduação em Economia implica em comprimir e sintetizar os processos mais antigos, para dar espaço ao trabalho sobre o presente. Ademais, é importante que, em prol da integração curricular, o docente

exercite conceitos de teoria econômica que estão sendo trabalhados nas outras disciplinas. A ênfase, portanto, escapa da reconstituição do passado por interesse próprio, como diria Paul Veyne.

O estudo do Brasil e do século XX está mais distante do campo onde dediquei a maior parte de minha agenda de pesquisa, e minha prática nessa disciplina passou por menos alterações. Ademais, após a parceria com Fábio Campos nos anos de 2006 a 2009, eu tinha já uma orientação excelente em textos para se trabalhar em classe. Ainda assim, em vários momentos procurei novas leituras e abordagens nesse campo.

A bibliografia fundamental manteve-se em torno de textos de Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, mas passei a favorecer *O Mito do Desenvolvimento Econômico* como leitura obrigatória, no fim do semestre. Trabalhos diferentes de Pedro César Dutra Fonseca e Pedro Paulo Zahluth Bastos foram usados, acredito que em todos os semestres. Alguns textos foram sugestões de colegas da UFU, como *A Reforma Tributária de 1966*, de Fabrício de Oliveira, com bom resultado didático. Em alguns semestres, adotei textos de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, mas são autores com os quais tenho dificuldade para trabalhar bem.

Para as transformações do Estado na Era Vargas, *Rumos e Metamorfoses*, de Sonia Draibe, continuou a ser o principal texto usado, junto com autores que enfatizam a economia política do período (Stanley Hilton, Francisco Corsi, Eli Diniz) e a relação Brasil-Estados Unidos (Gerson Moura, Frank McCann, Moniz Bandeira). Nos últimos anos, avaliei como positiva a experiência de reservar espaços no programa para a relação Estado-empresariado na elaboração da política econômica (com textos de Maria Leopoldi), e o debate Simonsen-Gudin (abordado com texto de Gilberto Maringoni). Essa dimensão da disciplina, para a década de 1960, foi trabalhada com trechos de René Dreifuss. De certa forma, essa abordagem aproximava-se da historiografia que, naqueles anos, enfatizava o golpe de 1964 como um movimento “civil-militar”, ou “empresarial-militar”. Esses mesmos autores, como Jorge Ferreira, Ângela de Castro Gomes e Daniel Aarão Reis, foram usados em leituras sobre o trabalhismo.

É importante destacar que a inserção desse material nos programas de Economia Brasileira, três ou quatro textos por semestre, teve por objetivo relativizar a ênfase em governos particulares e suas políticas econômicas que encontramos nos manuais mais comuns da disciplina. *A Ordem do Progresso*, de Marcelo de Paiva Abreu, é um exemplo disso, e a economia brasileira é ali reduzida a resultados de opções técnicas de política econômica, entendida ademais apenas na tríade fiscal-monetária-cambial. No entanto, manuais como esses foram usados com frequência, para cobrir essa dimensão do período. No presente, utilizo para isso *A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma*, organizado por Victor Araújo e Fernando Mattos.

Muito da orientação no trabalho com as disciplinas lecionadas nesse período, assim como minhas atividades de pesquisa, talvez possa ser entendido no contexto das transformações no

ambiente político nacional, entre 2013 e 2016. Por outro lado, a ênfase no estudo de textos em história política, que levaria a um conjunto de trabalhos sobre aspectos políticos do desenvolvimentismo, também é continuidade de uma perspectiva para qual havia sido levado durante a redação de *Guerra e Pacto Colonial*. Fato é que, naquele momento de minha trajetória profissional, esse foi o recorte que mais atraiu minha atenção.

Em 2013, organizei-me para uma sequência de estudos sobre processos revolucionários. Dentro desse campo, consegui concluir uma perspectiva das revoluções no Reino Unido, nos Estados Unidos, na França e na Rússia. Isso envolveu um número razoável de obras estudadas, das quais talvez se possa destacar Barrington Moore Jr., Christopher Hill, Herbert Aptheker, Albert Soboul, Michel Vovelle e Eric Hobsbawm. Essa linha de estudo (independente de um projeto de pesquisa) permitiu-me, em 2017, ministrar uma disciplina optativa sobre história do socialismo e da União Soviética, no curso de graduação em Ciências Econômicas, por ocasião dos 100 anos da Revolução de Outubro. Com os alunos, trabalhou-se a leitura de obras diversas sobre o tema (é possível destacar E.H. Carr, Alec Nove, Marc Ferro e Daniel Aarão Reis Filho, dentro de um conjunto bem mais amplo). A essa altura, já havia o movimento que levaria à formação do bolsonarismo, o que era (e ainda é) visível entre os estudantes. Não obstante, a disciplina foi bastante proveitosa e teve um retorno muito bom por parte do corpo discente.

Nesse movimento geral de aproximação à ciência política, meu principal parceiro de trabalho foi Alessandro Leme, que havia recentemente deixado o Instituto de Ciências Sociais da UFU para trabalhar na Universidade Federal Fluminense. Nos conhecíamos da pós-graduação na Unicamp, mas fomos aproximados para trabalhar por iniciativa de Niemeyer Almeida Filho, com quem fizemos uma série de discussões sobre autores diversos.

A trajetória da parceria pode ser sintetizada pelos seus resultados. Primeiro, o intuito de enfatizar a esfera política na análise do desenvolvimento econômico foi estabelecido a partir de uma revisão de textos de Fernando Henrique Cardoso e Hélio Jaguaribe, publicada ao fim de 2014 na revista *E-Latina*.¹² Destacava-se ali como, na década de 1960 (quando começavam a aparecer os limites da industrialização em sustentar o dinamismo do desenvolvimento), os dois autores buscaram compreender os obstáculos à atuação desenvolvimentista do Estado. O objeto da atenção voltava-se para o papel de classes sociais na composição ou inviabilização de blocos capazes de sustentar politicamente a ação pública. Naturalmente, tratava-se aqui de avaliar a capacidade (ou o interesse) da burguesia nacional em se comprometer com projetos desenvolvimentistas, particularmente em sua relação com o capital transnacional. Da mesma forma, o próprio desenvolvimento passava a ser observado pela sua capacidade de desencadear conflitos entre setores diferentes da sociedade.

12 Alessandro André Leme e Wolfgang Lenk, "Desenvolvimento e política: apontamentos em Fernando Henrique Cardoso e Hélio Jaguaribe", *e-l@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, 13, n. 49 (2014): 15-29.

Sob essa perspectiva, realizamos duas pesquisas particulares, sobre conflitos sociopolíticos e interesses econômicos relacionados com projetos que fizeram parte do viés desenvolvimentista (ou novo-desenvolvimentista) dos governos Lula e Dilma: a Usina de Belo Monte e o programa de habitação com fins sociais Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Alessandro tem longa trajetória no estudo da política e interesses que governam o setor elétrico brasileiro, e juntos nos propusemos a acompanhar os conflitos decorrentes da construção da hidrelétrica na Volta Grande do Rio Xingu. Os problemas de uma obra dessa dimensão são reconhecidos pelo poder público, e a aprovação é acompanhada de um conjunto de projetos de compensação socioambiental. Foi feito um levantamento inicial de quais seriam esses projetos, que àquela altura ainda não estavam na fase de execução, e o posicionamento político das populações afetadas. A base para a pesquisa foi o material produzido por duas organizações, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Xingu Vivo (este, em específico publicava relatos praticamente diários). Os conflitos decorrentes da barragem de Belo Monte foram colocados no contexto do ocorrido também em outras construções, como Balbina e Turucuí. A situação mais ilustrativa do problema que buscávamos abordar é a da população que permanece nos arredores de tais usinas, como um remanescente do canteiro de obra, sem acesso a energia elétrica.

Um primeiro resultado desse trabalho foi publicado em 2015, nos anais do *VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política*, realizado em Lima. Naquele ponto, porém, a pesquisa foi interrompida até que a construção fosse concluída e os projetos de compensação socioambiental fossem executados. No entanto, o acionamento definitivo da usina (e decorrente redução da vazão do Xingu na Volta Grande) só ocorreria anos depois, e ainda não tive oportunidade para voltar a esse trabalho. No mesmo ano, a pesquisa também desdobrou-se em uma bolsa de iniciação científica para Gabriela Laura Teixeira, estudante de Ciências Econômicas, revisar os impactos socioambientais da construção de quatro usinas do Triângulo Mineiro: Cachoeira Dourada, Nova Ponte, Capim Branco I e II.

Em paralelo, colaborei com Alessandro Leme na orientação de um mestrado em Ciências Sociais, realizado por Camila Fernandes, em que a mesma abordagem era levada para um estudo do programa Minha Casa, Minha Vida em Uberlândia. Para tanto, foi feita uma revisão da questão urbana no Brasil, a partir de autoras como Ermínia Maricato e Raquel Rolnik, e da formação econômica e urbana de Uberlândia, para o que se usou trabalhos de Eduardo Nunes Guimarães. O ponto central de atenção era como a política habitacional tem limites definidos por interesses da especulação imobiliária e da construção civil, bem como pelo intuito do governo de gerar emprego e renda, aplicando recursos em um setor de efeito multiplicador relativamente rápido. Foi feito um levantamento do volume de crédito concedido pela Caixa Econômica Federal, como parte do programa, as faixas de renda contempladas e dos projetos de habitação social realizados. Embora

os resultados preliminares tenham sido publicados em 2015, a versão final foi concluída apenas alguns anos depois.¹³

Na mesma época, propus a Alessandro trabalhar com o problema político do desenvolvimentismo em outro campo, o do arcabouço ideológico predominante no debate público. A ideia era recuperar críticas ao desenvolvimentismo enquanto discurso historiográfico, na maneira pelo qual a obra de Caio Prado Jr. passou a ser considerada como teleológica, em revisões publicadas na década anterior. De fato, obras como *Formação do Brasil Contemporâneo* foram escritas com o entendimento de que a independência política era um processo inacabado, e a soberania nacional implicava na necessidade de emancipação econômica. Caio Prado Jr. é, como se sabe, uma influência fundamental de Celso Furtado, e o desenvolvimentismo vinculava esse horizonte de emancipação com o avanço da industrialização.

Do nosso ponto de vista, a constatação de que o desenvolvimento econômico nacional implica em uma narrativa teleológica era sintoma do enfraquecimento do nacionalismo, enquanto dispositivo ideológico capaz de mobilizar a imaginação, orientar o discurso e galvanizar a composição política. Entre outros autores, usamos Remo Bodei (*A História tem um sentido?*) para abordar a teleologia não como uma falha técnica, mas como uma direção política. Em essência, é o mesmo tema trabalhado em profundidade por Josep Fontana. Uma versão para debate desse trabalho, formulando o tema, foi apresentada no XXVIII Simpósio da Associação Nacional de História (ANPUH) ainda em 2015.¹⁴

Caio Prado Jr. coloca o “sentido da colonização” como um acontecimento, a orientação comercial do povoamento e da organização das forças produtivas no espaço colonial. Esse fato tem decorrências, que marcam a formação dessas sociedades. De sua reconstituição dos acontecimentos, emerge um programa político. De fato, nessa e em outras linhas interpretativas (inclusive dentro do materialismo histórico), se é a reconstituição dos fatos que direciona o programa ou o contrário, pode ser um problema. Movimentos políticos diversos digladiaram-se nessa arena: se o processo de formação é feudal ou capitalista, deve-se ou não fazer alianças com a burguesia e a revolução vai da cidade para o campo ou vice-versa.

Nosso argumento, entretanto, não entrava no mérito de quando o “sentido da colonização” como registro historiográfico é ou não teleológico, mas buscava abordar o esvaziamento da nação como *telos* político. O passo seguinte, portanto, foi entrar no debate sobre Fukuyama, o “fim da história”, o colapso da capacidade de produzir utopias com capacidade de mobilização social.

13 Camilla Moreira Fernandes et al., “A formação econômica e urbana de Uberlândia e o Programa Minha Casa Minha Vida: interesses político-econômicos e desafios sociais”, *Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea: Segunda Época*, n. 17 (2022): 1–21.

14 Wolfgang Lenk e Alessandro André Leme, “Teleologia e economicismo em Caio Prado Jr.: um olhar sobre o debate” (XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015).

Trabalhei em um conjunto grande de autores em torno desse problema, ao longo de 2016 e 2017. No campo da historiografia, procurei novas leituras que fossem além de Remo Bodei, passando por François Dosse e Perry Anderson, chegando a Koselleck e Hartog. Notei que o tema é melhor trabalhado no campo da teoria crítica, e acredito que o “fim da história” (uma formulação que facilita entendimentos equivocados) pode ser melhor compreendido como “realismo capitalista”, na interpretação de Mark Fisher. Ademais, a base para o livro de Fukuyama está na interpretação de Hegel por Alexandr Kojève. Por conseguinte, mergulhei na leitura de autores hegelianos, começando por Slavoj Žižek. A essa altura, ademais, vários centros no Brasil estavam trabalhando com *A Nova Razão do Mundo*, de Dardot e Laval. Dentro dessa linha, acho que a referência que melhor oferecia contexto para o problema é *O Novo Tempo do Mundo*, de Paulo Arantes, onde além de tudo se faz uso muito interessante de Braudel.

Junto a esse trabalho, procurei entender os autores que trabalham a nação e o nacionalismo como construção político-ideológica, começando por Benedict Anderson, passando por Ernest Gellner e Eric Hobsbawm. Nesse ponto, teria sido produtivo abordar autores da “história global” e trabalhar com a crítica ao nacionalismo metodológico, mas não peguei essa estrada nesse momento. Por outro lado, encontrei uma proposição que considero muito interessante em *The Structure of World History*, de Kojin Karatani. Com ela, orientei a iniciação científica de Marina Carvalho Lopez, intitulada “Nação e nacionalismo: revisão do debate atual e análise da proposta de Kojin Karatani”, em 2017.

Essa linha de trabalho, porém, foi encerrada sem que fosse possível chegar a qualquer outro material relevante para publicação. Eu havia ampliado o escopo do tema além do necessário para trabalhar com Caio Prado Jr., mas aquém do suficiente para abordar o nacionalismo contemporâneo. Considerando que, desde então, novos movimentos nacionalistas de direita vieram à superfície, inclusive o bolsonarismo, acredito que o tema continua digno de atenção.

Universidade: “bem público, de efeito sistêmico”

Começando em meados de 2017, minhas atividades passaram a se organizar em torno da gestão universitária e de pesquisas sobre a educação superior no Brasil. Foram dois os principais trabalhos realizados em torno desse eixo: a coordenação do projeto de pesquisa “Financiamento da educação superior e perfil socioeconômico dos estudantes brasileiros”, entre 2017 e 2019; o mandato na Diretoria do IERI, entre maio de 2018 a junho de 2021, e novamente entre abril de 2024 e junho de 2025.

A esse tempo, eu já havia tido um envolvimento marginal em atividades de gestão, participando do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de graduação em Relações Internacionais desde 2012, e depois também do NDE do curso de Ciências Econômicas, a partir de 2013. Como ambos os cursos tinham projetos pedagógicos aprovados em 2009 e 2010, naquele

momento o trabalho do NDE era o de avaliar a sua execução, por meio de pesquisas anuais, conversas com o corpo discente, seguidas de reuniões pedagógicas do corpo discente.

Em 2015, candidatei-me e fui eleito para participar da Comissão Estatuinte da UFU. A universidade havia passado por uma reforma profunda em 2000, após alguns anos de debate desencadeados pela promulgação da LDB, em 1996. Antes da reforma, existiam quatro Centros, entre eles o Centro de Ciências Humanas e Artes, onde estava sediado o Departamento de Economia. Em 2000, passou a ter 23 Faculdades ou Institutos, entre eles o Instituto de Economia. Hoje, acredito que já são mais de 30 as Unidades Acadêmicas. O movimento de descentralização foi de amplas consequências, e na década de 2010 discutia-se a necessidade de sua revisão, bem como ajustes diversos no regimento geral.

De certa forma, esse era o enfoque do tema que era dado pela Reitoria de Elmiro Resende, quando foi proposta a reforma. Por outro lado, um grande número de representantes dos segmentos discente e técnico-administrativo pleiteavam a paridade de representação em todos os órgãos colegiados da Universidade. Optou-se por uma comissão ampla, e a Estatuinte iniciou o trabalho no fim de 2015, com 179 membros, em representações paritárias. Foram alguns meses apenas para se aprovar seu regimento interno.

Entre as primeiras deliberações, foi decidido apreciar todos os temas em plenário, sem a divisão em grupos de trabalho. As reuniões eram semanais, em sessões de quatro horas. Depois de algum tempo, as sessões passaram a acontecer de manhã e de tarde. Creio que se pode distinguir duas fases do processo.

No primeiro semestre de trabalho, o foco esteve no debate sobre a paridade em instâncias colegiadas, o que mobilizava um número grande de representantes. Esse debate culminou com a votação do tema, por volta de maio ou junho de 2016. Eu tinha posição contrária, não apenas porque a proposta ia de encontro com o estipulado pela LDB, e portanto resultava em insegurança jurídica, mas também porque se tornava muito difícil estabelecer a composição de colegiados paritários em instâncias com populações muito diferentes em cada segmento. Por exemplo, em colegiados de cursos de graduação ou de pós-graduação, onde atuam apenas um servidor técnico-administrativo.

Venceu, porém, a paridade em todas as instâncias, o que depois implicaria em tentativas diversas de se resolver a quadratura do círculo, estipulando pesos diferentes para o voto de representantes de cada segmento. A essa altura, dos 179 componentes, as reuniões eram feitas com apenas 20 ou 30 presentes. A legitimidade dos trabalhos era colocada em dúvida. Nessa segunda fase, o foco das deliberações era a organização e representação dos campi fora de Uberlândia, particularmente aqueles em situação mais precária (em Patos de Minas e Monte Carmelo).

Nesse momento, já era possível perceber, em sessões deliberativas, uma tendência de se exagerar no escopo da matéria discutida. Na Estatuinte, ao invés do foco nas estruturas principais de representação, muitos buscavam consolidar posições particulares no estatuto. Anos depois, nos Conselhos superiores, pude observar como os colegiados tendem a buscar uma redação exageradamente minuciosa, muitas vezes com o objetivo de transformar situações específicas em norma. Com isso, as resoluções tornam-se muito mais extensas que o desejável, tenta-se delinear todas as exceções possíveis à regra geral, e o texto normativo perde coesão e coerência. Em mais de um momento, coloquei essa opinião ao plenário, às vezes com algum sucesso.

Com o gradual esvaziamento da Comissão Estatuinte, eu também deixei de participar das sessões no início de 2017. Os trabalhos prolongaram-se até 2020, mas seus resultados nunca foram levados a apreciação. Em 2025, foi eleita uma nova comissão, ainda em andamento, para retomar o trabalho.

Neste comenos, a Andifes havia publicado, em agosto de 2016, os resultados da *IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais*. A iniciativa era do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (o Fonaprace), e havia sido coordenada por Leonardo Barbosa, do Instituto de Ciências Sociais, que na época ocupava essa Pró-Reitoria. O trabalho técnico havia sido realizado por colegas do CEPES, o Centro de Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais, que atualmente é parte do organograma do IERI.

Ao conhecer os resultados da pesquisa, entendi que havia ali um potencial grande de se produzir informações importantes sobre o papel das universidades federais na realidade brasileira. Vale lembrar, o *impeachment* de Dilma Rousseff era recente, e o governo Temer movia rápido para estabelecer a Lei do Teto dos Gastos Públicos, que prenunciava longos anos de crise orçamentária nas universidades. No fim de 2016, organizou-se rapidamente um movimento grevista com o objetivo de repudiar a Lei do Teto e conscientizar a população das consequências de sua aprovação. Entre as atividades desse movimento, destaco uma palestra que ofereci, junto com Jorgetânia Ferreira, representando a ADUFU, para as mães e os pais das crianças da ESEBA, o colégio de aplicação da UFU.

Era nesse contexto que voltavam a circular, na grande mídia, projetos de cobrança de taxas e anuidades aos estudantes das federais. Em posse dos microdados, oferecidos pela Andifes, procurei parceiros para uma pesquisa sobre o financiamento de universidades públicas no Brasil, o contexto internacional e o perfil socioeconômico dos nossos estudantes. Primeiro, convidei Fernando Pereira, professor de Economia na Universidade de Alfenas (campus Varginha), com longa trajetória em pesquisas sobre políticas públicas. No ano seguinte, convidamos Cristiane Carvalho, da Faculdade de Educação da UnB, que há muito pesquisava instituições públicas e privadas de educação superior e seu financiamento.

Além do trabalho direto com os microdados, minha participação no grupo era o trabalho de contextualização do tema. Acredito que se possa notar duas contribuições principais, decorrentes da realização desse projeto, começando pela elaboração de informação estatística pertinente ao momento atual da universidade no Brasil.

Os dados produzidos pela Andifes sobre o perfil socioeconômico discente já indicavam para a participação cada vez maior da população preta ou parda nas salas de aula, bem como de estudantes egressos do ensino médio público. Esses dados foram cruzados e complementados com as PNADs e o Censo da Educação Superior, de maneira a se produzir um quadro mais completo. Num primeiro momento, foi possível demonstrar como os estudantes das universidades públicas federais, analisados segundo a identidade racial e a renda domiciliar *per capita*, encontravam-se já nos dados de 2014 com distribuições muito similares à da população brasileira em geral. Assim, nossa análise ia de encontro ao entendimento comum de que os estudantes das universidades públicas são "de elite", uma das premissas da proposta de instituição da cobrança de taxas e anuidades no Brasil. Com a recuperação de séries estatísticas mais antigas, inclusive as primeiras três pesquisas realizadas pela Andifes no mesmo tema, foi possível mostrar inclusive que os estudantes das universidades públicas, em média, tem renda *per capita* inferior aos estudantes das universidades particulares com fins lucrativos, pelo menos desde os anos 1990.

O trabalho sobre os dados permitia mostrar, não obstante, outro lado da mesma moeda. Embora o perfil socioeconômico do corpo discente seja representativo da sociedade brasileira, isso não significa que o tamanho do sistema público de educação superior seja condizente com a sua população em absoluto. Após inferir a matrícula líquida nos dados oferecidos pelo MEC, foi possível tabular a taxa de participação líquida na educação superior e observar que esta ainda está longe de ocupar 50% da população entre 18 e 24 anos. Mais do que isso, o grupo de pesquisa inovou em trazer as intersecções socioeconômicas para o tema, mostrando que a população de renda relativamente inferior tem taxa de participação menor. Os dados trabalhados permitiriam ir além, com um corte regional – indicando, por exemplo, Pará, Bahia, Maranhão e Pernambuco como Estados onde o déficit de vagas é maior. Também elaborou-se um corte por curso de graduação, mediante análise de componentes principais, onde se vê que a democratização da universidade é muito diferente de acordo com as áreas de titulação. Este último recorte, porém, não foi concluído, em função do encerramento do projeto em 2019.

A segunda contribuição desse grupo, a meu ver, está na análise do financiamento da educação superior e no arcabouço conceitual implícito nesse debate. Para tanto, foram usados um número de pesquisadores da educação superior contemporânea, dos quais pode-se talvez destacar Simon Marginson (especificamente, para o tema do seu financiamento).¹⁵ Em essência, tratava-se de criticar a definição da educação superior como serviço de benefício individual, que restringe o papel da universidade a servir de meio para a qualificação profissional e a ascensão

15 Simon Marginson, "The worldwide trend to high participation higher education: dynamics of social stratification in inclusive systems", *Higher Education* 72, n. 4 (2016): 413–34.

social. A educação vira um investimento e o estudante, um consumidor. Destacamos como a pesquisa na área indicava uma realidade oposta:

Um número cada vez maior de pesquisadores concorda que, se o sistema de educação superior busca oferecer uma contribuição fundamental para a justiça social e a criação de oportunidades individuais de sucesso, deve ser concebido como um bem público, de efeito sistêmico, a serviço da sociedade como um todo, que lhe dá sustento para isso. No caso das universidades federais brasileiras, esse papel se ampliou para uma variedade de serviços, inclusive hospitalares, de caráter técnico básico ou avançado, sob a forma de extensão universitária, tão importante quanto a pesquisa científica e o ensino regular. Várias dessas instituições, particularmente pelos diversos campi criados recentemente no interior do país, atuam como ponta de lança da expansão e melhoramento dos serviços públicos, sobretudo nas regiões subdesenvolvidas.¹⁶

Com isso, nosso intuito era alertar para o contrassenso implícito, por exemplo, em se comparar o custo da universidade pública "por aluno", com o mesmo custo unitário em instituições privadas. Ademais, foi mostrado como, em universidades públicas dos EUA, a mudança do financiamento em favor de cobranças individuais, por taxas e anuidades, havia sido mais que anulado pela redução no financiamento por órgãos públicos. Assim, a individualização da educação superior como serviço veio acompanhada do progressivo subfinanciamento e precarização do trabalho docente. De outro lado, o endividamento da população estudantil, cujo total passava de 1,3 trilhões de dólares em 2015, havia se tornado um problema de consequências macroeconômicas. Com base nessa realidade, os defensores das cobranças passaram a defender o modelo britânico, de empréstimos públicos consignados à renda. Recoloca-se o problema, disfarçando a mercantilização do ensino com um verniz distributivo, mas devolvendo o ônus ao orçamento público. O trabalho no grupo não avançou a ponto de desenvolver a crítica a esse modelo. Desde então, o debate parece ter arrefecido, talvez por uma tendência recente (a ser confirmada, em novos estudos) de deslegitimação da educação universitária como um todo, sobretudo em instituições públicas e no topo da pirâmide social.

Foi com base nesse trabalho de pesquisa, e em suas conclusões, que construí minha candidatura à Diretoria do IERI, em março de 2018. O cargo estava vago após a saída de Vanessa Petrelli, em fevereiro. Naquele momento, discutiu-se no Instituto a necessidade de elevar a posições de gestão os docentes ingressantes na época do REUNI. A segunda metade dos anos 1990, aproximadamente, haviam deixado uma lacuna no quadro docente, porquanto se havia reduzido a abertura de vagas. Embora eu não tivesse passado por nenhuma das coordenações, entendi que tinha capacidade de me colocar à disposição para esse processo, considerando o trabalho que havia realizado na estatuinte, as pesquisas acima descritas, assim como o diálogo

16 Wolfgang Lenk e Fernando Batista Pereira, "Cobrança de mensalidade nas universidades federais: para que e para quem?", *Revista Debate Econômico (REDE)* 4, n. 2 (2016): 70-95.

com um grupo amplo de colegas, tanto da área de Ciências Econômicas como de Relações Internacionais.

Fui indicado pelo Conselho do IERI para ocupar aquela diretoria, em caráter *pro tempore*, até a realização de eleições no início de 2019. Então, fui eleito para um mandato de quatro anos, que todavia não pude concluir.

O exercício do cargo é muito distante do que normalmente se imagina. Dadas as lacunas do quadro técnico-administrativo, o diretor constantemente precisa cobrir, em pessoa, tais deficiências. É preciso ser também zelador, almoxarife e secretário. É preciso lidar com todos os setores das Unidades Administrativas. Cada um tem suas idiossincrasias, e muitos problemas só se resolvem após uma visita e o tratamento direto com o servidor responsável. Não à toa, a gestão de unidades em *campi* avançados é muito prejudicada.

Não houve transição, para o começo do exercício. Ao chegar no bloco 1J, na manhã do primeiro dia, já havia colegas me esperando no gabinete para confirmar arranjos extraoficiais de trabalho que, supostamente, haviam sido combinados. Ao mesmo tempo, o diretor e o coordenador de outra Unidade Acadêmica aguardavam resolução de um conflito de seus estudantes com docente do IERI.

A atribuição de disciplinas estava atrasada. No IERI, os componentes curriculares dos nossos dois cursos de graduação e dois programas de pós-graduação, bem como dos mais de vinte cursos de graduação atendidos com disciplinas de Introdução à Economia, são manualmente distribuídos entre os 50 docentes da Unidade. Todos os anos, o diretor e os coordenadores dispendem algo entre 45 e 60 dias de trabalho com a alocação docente, bem como os muitos ajustes em datas e horários. Não é sempre possível atender a todas as demandas, e o interesse pedagógico precisa estar sempre em primeiro lugar. Há Unidades Acadêmicas que alocam seus docentes por meio de comissões específicas, ou por algoritmos definidos em resolução interna. Com isso, a Diretoria fica isenta de tensões inerentes à tarefa, mas por outro lado perde-se a capacidade de fazer ajustes livres que, em geral, são vantajosos para a maioria.

Quando comecei a atuar na Diretoria do IERI, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) estava em seus primeiros meses, e poucos dos procedimentos administrativos ainda eram feitos em papel. São muitos aqueles que tem aversão ao uso desse sistema, mas acredito que é um grande apoio para o gestor, pela transparência na instrução de processos que ele permite, principalmente em condições de restrição nas equipes de apoio. De uma forma ou de outra, o trabalho administrativo atual implica em lidar com um número grande de sistemas de informação, e nem todos funcionam a contento.

Ademais, exige-se do gestor o conhecimento de um amplo arcabouço normativo, para o qual raramente se oferece formação adequada. Dediquei boa parte do primeiro semestre na

Diretoria ao estudo da legislação aplicável em cada contexto. Ademais, na chefia é preciso lidar com conflitos que normalmente não podem ser levados a público, de forma a preservar uma ou ambas as partes. Como parte do aprendizado, realizei um curso de Processo Administrativo Disciplinar, oferecido na UFU pela Controladoria Geral da União.

O Ministério Público Federal tem atuação constante na gestão universitária da UFU, seja com cobranças de adequação geral, seja com recomendações sobre situações particulares, até mesmo em processos seletivos específicos. Digno de nota, logo no início do período na Diretoria do IERI, o corpo docente passou a ser cobrado de entregar planos de trabalho todo início de semestre, estipulando a carga horária semanal de cada uma de suas atividades até somar exatamente 40 horas. Ao longo dos anos, observei um número razoável de instâncias em que o trabalho docente não se encaixa bem nos termos da lei 8.112, ou não é compreendido pelo serviço público em geral. A exigência pela UFU de um plano de trabalho semestral em cargas horárias, para atender a demanda do MPF, é apenas uma delas.

Como muitos podem testemunhar, todos os problemas da gestão na universidade pública federal se agravaram com a ascensão do bolsonarismo ao poder executivo, em 2019. A comunicação com o Ministério da Educação, que já havia passado por um redirecionamento crítico em 2016, passou a ser cada vez mais difícil. Ademais, a comunidade universitária se viu em assédio, conforme o primeiro escalão do poder executivo se ocupava em fazer acusações disparatadas. Nessa época, um estudante me procurou para denunciar que estavam acontecendo orgias diversas no campus, ou coisa parecida. Naturalmente, recebi a informação com profissionalismo, mas não foi possível apurar qualquer indício de materialidade na delação.

Todavia, embora situações como essa possam parecer anedóticas, fato é que a precarização nas condições de funcionamento da universidade, somadas à ofensiva político-ideológica, resultam em sofrimento e angústia, às vezes de forma imensurável. Em 2019, foram muitos os suicídios e tentativas de suicídio entre membros da comunidade UFU, alunos e professores, um deles em público, no campus Santa Mônica. Em julho ou agosto, representei a universidade no velório de uma estudante que tirou a própria vida, semanas antes de sua colação de grau.

No fim de 2019, eu buscava equacionar, junto com as coordenações do IERI e a Reitoria, uma reorganização das secretarias de graduação e pós-graduação, em função de aposentadorias de servidores em cargos extintos e das lacunas no apoio administrativo. Após muito diálogo, disso resultaria um plano de gestão do quadro técnico-administrativo do IERI, para execução gradual, conforme fossem disponibilizadas vagas ao Instituto. Esse plano foi aprovado em conselho na primeira reunião de 2020, quando os boatos sobre a circulação do novo coronavírus já dominavam o noticiário. Uma semana depois, eu publicava portaria limitando o acesso ao bloco 1J, após a suspensão do calendário acadêmico pela Reitoria.

Nos primeiros meses de quarentena, a universidade paralisou-se. O IERI foi uma das primeiras Unidades Acadêmicas a se organizar para manter as reuniões do Conselho em caráter remoto, de forma a manter a instituição viva e atuante. Naquela altura, organizar uma videoconferência ainda era um aprendizado para muitos, quando muito uma reunião deliberativa com quarenta pessoas. Em algumas semanas, porém, as reuniões aconteciam (na época, por meio do *software* Webex) e o IERI já tinha posição, dentro da universidade, de que era necessário organizar o retorno das aulas, por meio eletrônico. Isso só ocorreria, entretanto, em agosto, na forma de “atividades acadêmicas remotas emergenciais”, com um prejuízo enorme para a qualidade do ensino. Muitas unidades acadêmicas ofereceram poucas disciplinas, como AARE. Graças à dedicação do corpo docente, o IERI ofereceu praticamente todas.

A pandemia de Covid-19 transformou a universidade. Após a conversão de atividades diversas para realização em caráter remoto, muitas não voltariam a acontecer presencialmente. Em 2019, era muito difícil conseguir reservar auditórios para realizar eventos acadêmicos. Hoje, estão constantemente vazios. Particularmente, o teletrabalho tornou-se regra, e ficou muito mais difícil o contato com os setores administrativos. Se o trabalho em casa pode ser uma vantagem, em vários aspectos, a administração perdeu dinamismo e os espaços coletivos perderam ocupação. Muitos passaram a trabalhar em isolamento, agravando o individualismo e as dificuldades de se compor uma agenda coletiva. Ao mesmo tempo, com a gravidade crescente do subfinanciamento, a universidade fragmentou-se em projetos que se sustentam com orçamento próprio, enquanto os espaços gerais tornam-se cada vez mais precários.

Em janeiro de 2021, tive minha primeira infecção de Covid-19. Embora com sintomas relativamente leves, nos meses seguintes fui acometido de fadiga grave e perdas de memória. Solicitei ao Reitor, Valder Steffen Jr., a dispensa da Diretoria do IERI a partir de junho. Eu tinha certeza que precisava me recuperar, e o cargo não permitiria isso.

Em abril de 2024, fui indicado para ocupar aquela Diretoria, mais uma vez em caráter *pro tempore*, devido à solicitação de dispensa de Haroldo Ramanzini, que havia sido eleito em 2021. Assumi o cargo novamente para conduzir a transição e um novo processo eleitoral, com o intuito de favorecer o aparecimento de novas candidaturas e projetos para a Unidade, enquanto eu mantinha a administração básica em funcionamento. As eleições ocorreram no início de 2025, e concluí essa segunda passagem pela diretoria em 31 de maio. Ao todo, foram quatro anos e alguns meses à frente do IERI.

Com todas as dificuldades, acredito que meu trabalho na Diretoria do IERI pode ser avaliado de forma positiva. Minha representação do Instituto nos Conselhos Superiores foi condizente com a de meus antecessores. Da mesma feita, pude contribuir para processos de interesse da universidade como um todo, dos quais destaco dois em particular.

Primeiro, participei da comissão que reescreveu as normas de realização de concursos públicos para o quadro docente da UFU. Ali, o desafio era devolver às regras do certame a primazia da dimensão acadêmica sobre a burocrática. Devido à pressões judiciais, a UFU não fazia mais, por exemplo, provas de prática profissional, fundamentais em áreas como Arquitetura e Odontologia. Em diálogo com a Procuradoria Geral da União na UFU, logrou-se reorganizar as provas de maneira a garantir o interesse da Unidade na definição do perfil acadêmico da vaga e na formulação de provas mais adequadas para a seleção desse perfil. Ademais, nessa ocasião foi viabilizada a aplicação da lei de cotas em concursos públicos para o quadro docente, algo que não acontecia antes.

Em segundo lugar, relatei o processo que regularizou os procedimentos eleitorais para a representação do segmento técnico-administrativo na UFU. Desde o ano 2000, tais representantes continuavam a ser indicados pelo sindicato, de acordo com dispositivos transitórios em vigor durante as primeiras etapas de transição para o novo Estatuto e Regimento Geral. Após alguns meses mediando propostas conflitantes, consegui construir procedimentos que finalmente permitiram a realização de eleições, sem interromper nenhum dos mandatos vigentes ou deslegitimar a representação do segmento.

O trabalho de representação, deve-se lembrar, não se faz em isolamento. Todas as questões mais importantes foram trabalhadas em diálogo constante com os demais diretores das Unidades Acadêmicas, além dos colegas da Administração Superior. Acredito que a fragmentação da UFU em Institutos e Faculdades com frequência resulta em seu enfraquecimento, em relação com os setores administrativos. Eu já havia encontrado um “manifesto acadêmico”, escrito por Willem Haffman e Hans Radder, em que se discute, para universidades europeias, o inchaço de setores administrativos em detrimento das atividades fim.¹⁷

Entre outras questões, os autores defendem a importância da ocupação dos cargos administrativos apenas por professores, contra sua profissionalização e terceirização. É por esse motivo, por exemplo, que o rodízio de docentes nos cargos comissionados, resultante do desinteresse geral da categoria na gestão, é tão prejudicial. Há quem defenda, por exemplo, que secretários possam ser eleitos como coordenadores de curso, o que denota o esvaziamento do sentido acadêmico da função.

Nesse sentido, tenho certeza que um das tarefas principais que me dediquei nesse período foi atuar na articulação das Diretorias das Unidades Acadêmicas, de maneira a preservar a premência da dimensão acadêmica sobre as atividades administrativas. Cada área do conhecimento traz uma perspectiva e um viés para cada situação, algo que é muito interessante de se observar. Em mais de um momento, foi importante a atuação em bloco e a troca de apoio. Acredito que a descrição de meu período na Diretoria seria incompleta sem a menção de colegas

17 Willem Haffman e Hans Radder, “The Academic Manifesto: from an occupied to a public university”, *Minerva*, n. 53 (2015): 165–87.

como Geovana Mello, Ariel Novodvorsky, Ricardo Malagoni, Márcio Fenille, Florisvaldo Ribeiro, Vinícius Fávaro, Maurício Escarpinati e Marcos Kishi, entre outros. Todos eles, professores e gestores, dignos de admiração.

Por outro lado, isso também significa que as Diretorias estão constantemente em trabalho reativo, ocupadas em lidar com mudanças em procedimentos burocráticos ou pressões externas. Com isso, relato com certo desalento que grande parte do programa que havia proposto para trabalhar o desenvolvimento institucional do IERI não foi possível de se realizar. Não apenas em função da pandemia, que por exemplo condenou ao esquecimento iniciativas como a reorganização do trabalho em secretarias. O cotidiano político-administrativo é hostil à construção de projetos de médio e longo prazo, fato que acredito ainda aflige a instituição. Estamos sempre a apagar incêndios, muitas vezes correndo atrás do que Paulo Arantes chama de “falsas emergências”.

Ademais, é preciso destacar como os cargos de Direção são desgastantes para o mandatário. É preciso manter uma atitude sempre positiva e preservar o ambiente coletivo de trabalho. Nem sempre isso é fácil, porquanto há muitos que, por descuido ou falhas de comunicação, ou até por simples egocentrismo, causam problemas desnecessários para o grupo ou para colegas em específico. Com isso, é a categoria docente, como um todo, que se prejudica.

Em meio a isso, se coube a mim defender a universidade e proporcionar um espaço de busca pela excelência acadêmica, o que pude realizar foi graças ao apoio e orientação de veteranos da gestão, como José Rubens Garlipp, Clésio Xavier e Carlos Diniz. Também foi essencial a parceria na gestão com Soraia Cardozo, que não apenas atuou em substituições eventuais (na UFU, não existe a função de vice-diretor) como, na coordenação do curso de Ciências Econômicas, participava da definição dos rumos a serem seguidos. Sobretudo, a solução para os problemas mais difíceis esteve sempre em definir o interesse público e colocá-lo em primeiro lugar. Essa orientação, de Eduardo Guimarães, foi pra mim a mais importante, e por isso é aqui reproduzida.

Escravidão, agricultura e capitalismo

Fora do cargo, retornei ao foco de minhas atividades acadêmicas: o ensino e a pesquisa no campo da História Econômica. Durante o exercício da Diretoria do IERI, particularmente durante a pandemia de Covid-19, o tempo era muito escasso para desenvolver atividades de pesquisa. Não obstante, ainda nessa época comecei a elaborar uma nova agenda de trabalho que daria frutos nos anos seguintes, e atualmente orienta minha atuação profissional.

De início, procurei sair das disciplinas de Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira para ministrar o componente curricular de “Relações Econômicas Internacionais 1”, nos cursos de bacharelado em Ciências Econômicas e em Relações Internacionais. Em 2022, também ofereci uma turma adicional, como disciplina optativa, para estudantes da graduação em História,

com retorno bastante positivo. A disciplina trata da história econômica mundial entre a Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial – a história econômica da época moderna, que trata do período entre a crise europeia do século XIV até Revolução Industrial, é ministrada por docentes do Instituto de História.

Meu interesse em assumir disciplinas de História Econômica Geral decorria de leituras anteriores e do ensino de História Econômica do Brasil, sobretudo devido à inquietação com o entendimento de nossa formação econômica como uma espécie de desvio ou defeito do que foram as trajetórias de desenvolvimento capitalista dos países centrais. Parece-me que, com frequência, tais processos de formação nacional são descritas de forma idealizada, de forma a exacerbar o contraste com a realidade brasileira.

Procurei assim elaborar uma disciplina onde o estudante pudesse estudar textos clássicos e recentes, sem ignorar tais processos de desenvolvimento (assim definidos, em termos nacionais) e a disputa hegemônica, mas ampliando o foco para outras dimensões, subjacentes à formação do capitalismo contemporâneo (por exemplo, abordando as transformações e a crise do capitalismo agrário no longo século XIX). Da mesma forma, procurei tirar a ênfase da disciplina no desenvolvimento econômico europeu, por exemplo ao colocar a Guerra de Secessão estadunidense como momento crítico da crise do escravismo em escala internacional, e portanto com consequências para a economia mundial como um todo. De um ponto de vista cronológico, meu intuito era de se ampliar o foco no século XIX, em uma ementa que dava prioridade à interpretação keynesiana da primeira metade do século XX.

Assim, além de autores clássicos usados como leitura obrigatória (como David Landes, Rudolf Hilferding, V. I. Lenin e J. K. Galbraith), introduzi no programa (com bom efeito pedagógico) a síntese de Robert Marks em *Mundo Global: história da época moderna* – que, ademais, incorpora uma perspectiva ecológica sobre as transformações do capitalismo contemporâneo. A coletânea intitulada *O Século XX*, organizada por Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Zenha, também oferece um ótimo material didático, a meu ver (o que inclui um excelente texto de Francisco Carlos Teixeira da Silva sobre o fascismo). O conhecido manual de Flávio e Alexandre Saes também foi bastante usado. Em geral, textos mais recentes, principalmente se escritos originalmente em português, são mais fáceis de trabalhar, por parte do estudante. Nos últimos semestres, o emprego didático desse manual ganhou espaço nas leituras obrigatórias, conforme observei a queda no desempenho acadêmico do corpo discente após a pandemia.

Muito do tom adotado está em criticar as perspectivas eurocêntricas da formação do capitalismo e, ao mesmo tempo, deixar de compreendê-lo como um processo “natural”, decorrente da sucessão de etapas de desenvolvimento. Nesse sentido, o trabalho dessa disciplina tem articulações do que tem sido feito por Leonardo Segura Moraes em outra, no bacharelado em Ciências Econômicas. Esse colega tem um projeto ambicioso de trabalho que enfatiza o papel de autores pré-modernos, de fora da Europa, na História do Pensamento Econômico. A partir desse

diálogo, trabalhamos juntos na recuperação de conceitos econômicos dos *Prolegômenos* de Ibn Khaldun, e como esse autor do século XIV tem recebido atenção de pesquisadores diversos nos últimos anos. Eu havia feito um trabalho muitos anos atrás, na pós-graduação, sobre Ibn Khaldun, como precursor do materialismo histórico, baseado na interpretação de Yves Lacoste.¹⁸ Além do geógrafo francês, recuperamos as interpretações de Ernest Gellner (que coloca o estudioso do Magreb em conjunto com outras teorias de coesão social) e M. Akif Kayapmar (que enfatiza o método de Ibn Khaldun como alternativa ao individualismo metodológico). Após discussão de texto preliminar em congresso realizado em 2021, esse trabalho foi publicado na Revista *História Econômica & História de Empresas* em 2024.

Entretanto, foi a parceria com Maximiliano Menz que estabeleceu minha linha central de produção acadêmica nesses últimos anos. Fui convidado por ele, ainda em 2020, para colaborar com sua pesquisa sobre o tráfico angolano de escravos (que resultou no seu importante livro *Senhor da Morte: capitalismo, guerra e tráfico de escravos*, publicado em 2025). As discussões decorrentes desse trabalho nos levaria a produzir, entre outras coisas, dois textos didáticos.

O primeiro trabalho que concluímos juntos foi “Luanda, Global Capital of the Slave Trade”, para uma coletânea de textos sobre cidades coloniais portuguesas, em abordagem dialogada com a História Global, publicado em 2022.¹⁹ Essa interlocução ali era feita usando-se trabalhos de Sven Beckert e Sebastian Conrad. Sobretudo, o intuito era dar o caráter “global” da formação urbana de Luanda por meio de seu papel como um dos principais entrepostos do tráfico de escravos, nos séculos XVII e XVIII. Foi feita uma descrição de sua demografia, com ênfase sobre os movimentos migratórios que deram origem àquela população. Os circuitos mercantis que ligavam Luanda ao resto do mundo foram analisados, e a formação econômica da cidade foi compreendida a partir da teia de mercadorias que compunham as trocas intercontinentais da época. Com isso, foram analisadas uma amostra de instrumentos de crédito e relações de financiamento, de maneira a estabelecer o caráter não apenas global, mas periférico, daquela economia.

A partir do trabalho sobre Luanda, Max e eu nos ocupamos da redação de um capítulo no volume organizado por Fábio Pesavento e Fernando Cerqueira Lima, publicado também em 2022, para a coleção *Novos Estudos de História Econômica do Brasil*, organizada por Luiz Fernando Saraiva. Propusemo-nos a construir uma síntese bibliográfica, intitulada “Escravidão, escravismo e tráfico de escravos”, que fosse prática para o uso em sala de aula. O texto oferece formulações simples para que o estudante compreenda a diferença entre escravidão e escravismo, e uma breve distinção entre o escravismo antigo e o escravismo moderno, de caráter colonial.

18 Yves Lacoste, *Ibn Khaldun: Nascimento da história, passado do terceiro mundo*, trad. Lólio Lourenço de Oliveira (Ática, 1991).

19 Maximiliano Mac Menz e Wolfgang Lenk, “Luanda, Global Capital of the Slave Trade”, em *Portuguese Colonial Cities*, org. por Maria Sarita Mota et al. (Teseo, 2022).

Quatro períodos então são demarcados. No primeiro, entre 1490 e 1620, descreve-se a formação do tráfico de escravos, da relação comercial com o Reino do Congo até depois da fundação de Luanda, em paralelo com o avanço da *plantation* açucareira nas ilhas atlânticas e no Brasil. No segundo, entre 1620 e 1690, descreve-se como as guerras nos dois lados do Atlântico remodelaram o tráfico e expandiram o escopo e o território da produção escravista no continente americano. No terceiro, entre 1690 e 1770, o foco reside nos efeitos da mineração brasileira sobre a economia escravista, a consolidação dos mercados escravistas no Centro-Oeste africano e a participação de comerciantes de Salvador e Rio de Janeiro. No último período, entre 1770 e 1830, a decadência da produção aurífera no Brasil é contraposta ao crescimento e diversificação da agricultura, com destaque para o algodão em Pernambuco e Maranhão, a pecuária na região Sul e, finalmente, o café no Rio de Janeiro. Tal conjuntura é vinculada à Revolução Industrial, à Revolução Haitiana e à proibição do tráfico pelo Reino Unido, indicando a continuidade do tema, para o século XIX, com a segunda escravidão e a clandestinidade do tráfico.

O argumento é diretamente tributário de obras como as de Fernando Novais e Eric Williams, sem dispensar o diálogo com *Trato dos Viventes*, de Luís Felipe Alencastro. Além disso, foram trazidas para a síntese obras mais recentes de Robin Blackburn, Joseph Miller e Rafael Marquese, entre muitos outros, inclusive do próprio Max Menz e de Gustavo Lopes. Acabou-se por concentrar na *plantation* e no tráfico, sem que fosse possível abrir o foco para a diversidade maior de relações de produção, mas não se trata de uma abordagem excludente.

Na mesma época, fomos chamados a produzir um capítulo de introdução à história agrária no manual de História Moderna, que seria publicado em 2024, organizado por André de Melo Araújo, Andréa Doré, Luís Filipe Silvério Lima, Marília de Azambuja Ribeiro Machel e Rui Luis Rodrigues. Mais uma vez, o desafio residia em entregar um texto ao mesmo tempo compacto, completo e didático. Primeiro, apresentamos elementos fundamentais de história agrária, tal como delineados por Marcel Mazoyer e Laurent Roudart. Estes foram usados para compreender os ciclos demográficos e de ocupação de terras marginais e infra-marginais da Europa pré-industrial, usando-se para isso trabalhos como os de Emmanuel Le Roy Ladurie e Slicher van Bath. Apresentou-se um resumo das relações sociais de produção, as formas de propriedade e arrendamento, para a agricultura europeia medieval.

A revolução agrícola moderna e a origem do capitalismo agrário são os temas centrais do capítulo, que é tributário principalmente de Fernand Braudel e Peter Kriedte. Buscou-se trazer a *plantation* colonial como sua marca principal, tanto em seus aspectos econômicos quanto ambientais, indicando processos que culminariam, ao fim do século XIX, no que poderíamos talvez chamar de capitalismo agrário propriamente dito. Essa opção afastou o texto da interpretação de Robert Brenner, mas ela não deixou de ser mencionada, junto de sua revisão crítica. Como exemplo eloquente de conexão entre a expansão colonial e as transformações na agricultura europeia, utilizou-se trabalhos recentes de David Ormrod.

Na apresentação da crise do século XVII e a recuperação do século XVIII, optou-se pela ênfase na pauperização e proletarização do campesinato europeu, o que pode ser objeto de questionamento. Não obstante, tal opção se justifica para contribuir com o entendimento, por parte do estudante, da relação entre as transformações no meio rural europeu nesse período com as condições que desencadearam a Revolução Industrial. Outros temas tiveram de ser abandonados, devido à limitação de espaço. Nosso intuito, por exemplo, era dar mais atenção a sistemas agrários modernos fora da Europa, principalmente a como se transformou a hidrorrizicultura asiática, particularmente no Japão e na China. Um trecho dedicado a isso, baseado em obra sintética de Francesca Bray, teve de ser suprimido. Por conseguinte, não foi possível evitar o foco na agricultura europeia. Entretanto, a resenha de Massimiliano Grava considerou válido o emprego da perspectiva braudeliana e a conexão que o texto faz entre a *plantation* e a segunda servidão, de forma a caracterizar a conexão das mudanças na agricultura europeia com o mundo em geral.²⁰

Considero esse trabalho como muito importante para o aprimoramento de minha prática no ofício, pois levou-me a enfrentar melhor um problema central ao materialismo histórico, aquele entre os papéis, na mudança social, do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção e propriedade. Minha formação acadêmica, durante a pós-graduação, e muito de meus trabalhos posteriores estiveram próximos de uma forma ou de outra de “marxismo político”, termo cunhado para a linha de historiadores britânicos que reúne Robert Brenner e Ellen M. Wood, mas que de certa forma se aplica também a Maurice Dobb e Christopher Hill. Tal perspectiva, no entanto, não é isenta de problemas, como por exemplo a dependência do frágil conceito de “coerção extra-econômica”.²¹

Sobretudo, o trabalho com autores como, por exemplo, Mazoyer e Roudart (que não deixam de usar extensivamente as conclusões de Brenner sobre a formação do capitalismo agrário) mostram que o foco no “desenvolvimento das forças produtivas” não implica necessariamente em determinismo ou teleologia. Trata-se, porém, de entender a dinâmica específica da demografia camponesa e da produtividade do solo, elementos inevitáveis da base técnica que sustenta a vida material.

Ademais, esse campo de análise é indissociável da dimensão ecológica das sociedades humanas e da formação do capitalismo contemporâneo, o que abre a porta para o diálogo com o campo da história ambiental e da ecologia política. Procurei sugerir temas para esse balanço em texto apresentado, em 2023, no Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Naquele momento, eu trazia um conjunto de autores de “história ambiental global”, como Ian Simmons, para uma releitura dentro dessa perspectiva.

20 Massimiliano Grava, “‘A Época Moderna’: Una Panoramica Plurale e Connessa”, *História, histórias* 13, n. 29 (2025), <https://doi.org/10.26512/rhh.v13i29.59930>.

21 Veja-se Sébastien Rioux, “The fiction of economic coercion: Political Marxism and the separation of theory and history”, *Historical Materialism* 21, n. 4 (2013): 92–128.

Assim, organizei-me para trabalhar na intersecção entre a ecologia política, a história agrária e a história do capitalismo. Um exemplo nesse sentido, acredito, são os trabalhos de Leonardo Marques, que naquela mesma época publicava, na Revista Brasileira de História, o artigo “Sobrevivendo no Inferno”. Nele, a perspectiva braudeliana é usada de forma a opor a crise ecológica à sobrevivência das formas de organização da vida material. Na mesma linha, encontram-se os trabalhos de Jason Moore e as pesquisas recentes sobre as “fronteiras da mercadoria”.

Dentro desse campo, elaborei um projeto de pesquisa que seria base de estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em parceria com o próprio Leonardo Marques, para ser executado após o término de minha segunda passagem pela Diretoria do IERI. Minha proposta era levar esse campo de debates para a análise do colapso demográfico e ecológico da agricultura andina, durante o século XVI. Esse trabalho foi realizado entre julho de 2025 e julho de 2026, sob o título: “Conquista, colapso e resiliência do 'arquipélago vertical': o Tawantinsuyu nos séculos XVI e XVII”.

O material pesquisado e as atividades que foram realizadas nesse último projeto ainda encontram-se em sua etapa conclusiva, e não há muito como sintetizar um produto que não está totalmente encerrado. Trabalhou-se com um elenco amplo de intérpretes da região e sua colonização, bem como algumas fontes editadas. Apesar do título, os clássicos de John Murra são parte do conjunto trabalhado, mas a verticalidade da geografia e o trabalho integrado entre nichos ecológicos diferentes entrou como um dos elementos da agricultura andina a ser analisado durante o colapso, mas não o único. Dois textos encontram-se em fase final de redação, que de certa forma, em conjunto, atuam em diálogo com “Sobrevivendo no Inferno”. O primeiro faz uma revisão do debate sobre o colapso demográfico e a desorganização do sistema agrário andino e sua relação com os dispositivos da colonização. O segundo relaciona pesquisas diversas sobre a resiliência de formas de organização socioeconômica da população andina, durante o período colonial, junto com as transformações da agricultura por influência do intercâmbio colombiano.

IV. Horizontes de atuação futura

Em grande medida, a descrição de minhas últimas atividades no exercício do magistério superior são suficientes para indicar como ela continua, no curto prazo. No entanto, talvez seja válido arriscar uma perspectiva mais ampla, a partir das conclusões deste memorial, segundo os critérios que aqui foram mobilizados.

Em primeiro lugar, achei correto contextualizar minha prática individual a partir de como entendo ser a conjuntura atual da universidade contemporânea, vale dizer, do processo de democratização da educação superior. Note-se, não apenas pela democratização como um

objetivo em si, mas porquanto age em benefício do esclarecimento humano – ou, pelo menos, da parte que cabe à universidade na produção e preservação do conhecimento.

No entanto, tal processo parece perder ímpeto, nesse início do século XXI. A posição da universidade na estrutura político-ideológica do capitalismo contemporâneo parece estar em xeque. Cada vez mais, a universidade é considerada uma instituição cara e obsoleta.²² A pandemia agravou essa tendência, porquanto exacerbou o individualismo, o isolamento e a precarização do trabalho docente.

Ademais, se posso aqui parafrasear Cláudia Tessari, a universidade pública no Brasil está sendo claramente abandonada pela classe proprietária. Com toda sua herança escravista, os mais ricos tem cada vez menos interesse em estudar em instituições que estão abertas ao andar de baixo. Nosso crônico subfinanciamento, acredito, pode ser compreendido dessa forma.

Para além do momento atual da universidade, a tarefa do materialismo histórico, tal como delineada por Josep Fontana, também parece ter ficado mais difícil. Ela implica em uma reconstituição do passado de perspectiva totalizante, que reabra o horizonte de expectativas para a construção de alternativas ao capitalismo. No entanto, o desafio sequer parece ser a hegemonia do “realismo capitalista”, mas em lidar com um aparvalhamento sem freio, em uma universidade que, na defensiva contra sua deslegitimação, foge dos debates de maior profundidade.

Um momento em particular me causou perplexidade, sob esse ponto de vista. No início de 2025, sugeri a colegas da organização de um congresso a organização de uma mesa redonda sobre Gaza e o genocídio palestino. Embora muitos concordassem com a ideia, a proposta foi recusada. Alguns disseram que não é assunto para uma agremiação de pesquisa ou um evento científico – em História Econômica, veja-se bem. Colegas que também haviam se formado com a mesma leitura de Josep Fontana como referência.

Como então, lidar com as dificuldades que são inerentes ao trabalho de se reconstituir a formação do capitalismo contemporâneo, se não conseguimos revelar um horror que sequer está oculto por mitos, e pode ser visto a olho nu? Qual é o bloqueio que impede um profissional da educação, graduado em história e economia política, de assumir uma posição pública sobre um Estado cujos agentes fazem do assassinato de crianças um esporte, e uma nação que celebra esse fato como uma vitória?

Não sei se estes são obstáculos insuperáveis, a deslegitimação da universidade contemporânea e a fragmentação do discurso público, em meio à loucura da comunicação em bolha e o estado de vigilância permanente, que decorrem das mídias sociais. É preciso acreditar

22 Em *Disrupted*, Dan Lyons relata como na alta roda das *start-ups* de Boston, a educação superior em escolas como Harvard e o MIT é considerada de pouco valor pelos caciques da alta tecnologia, muitos dos quais não concluem a graduação (*Disrupted: My misadventure in the start-up bubble*, Hachette UK, 2016).

que não, pelo menos em alguma medida. Em certo sentido, a tarefa agora é a de se ensinar a história no mundo depois de Gaza, como diz Pankaj Mishra.²³

Se é isso o que considero correto, como aquilo que se espera do sentido geral da atuação do Professor Titular, no âmbito do Magistério Superior Federal, compreendo que também é necessário trazer essa perspectiva para a prática cotidiana, ou como posso indicá-la, de minha parte, para o médio prazo.

Sobre a prática pedagógica, compreendo que manter a universidade viva talvez passe por sustentar tradições diversas, que marcaram a trajetória de cada instituição. Não perdi o apreço pelos bordões de Eduardo d'Oliveira França. Todavia, procurei levantar elementos neste memorial que indicam minha percepção sobre o trabalho docente nos dias de hoje, e continuarei a ponderar sobre eles por muito tempo.

Comecei a trabalhar como professor em 1994, antes de começar a graduação. Não sei dizer exatamente quando comecei a ser um bom professor – certamente, não no início. Hoje, acredito que aprendi o suficiente do ofício, e tenho conseguido dar boas aulas. A UFU realiza, todos os semestres, uma avaliação do docente pelo corpo discente, e o retorno dos alunos (em comentários anônimos, que não vou citar) tem sido uma fonte insubstituível de energia para o trabalho.

Não espero, porém, que isso seja fácil. A relação professor-aluno não é naturalmente harmoniosa. Lembro-me que Ronaldo Santos, meu professor de Formação Econômica do Brasil na graduação, dizia que com o tempo o conflito de gerações em sala de aula tornava-se mais difícil de lidar. Ele se aposentou naquele ano. Não sei se isso é verdade, mas é conhecido o fato de que o estudante de hoje tem dificuldade crescente com a leitura. Com o passar dos anos, as bibliografias são cada vez mais enxutas – lembro-me de Adir Juliano, colega do IERI aposentada em 2020, incomodada em ter que simplificar cada vez mais o curso de História do Pensamento Econômico. As provas dissertativas são calamitosas. Todos esses são fatos comprovados, por pesquisas diariamente publicadas na grande mídia.

Minha expectativa é a de ter paciência, e manter uma prática de engajamento com toda a turma, nunca apenas a fileira da frente. Não acredito que aulas expositivas sejam necessariamente um problema, mas sigo apostando em um método focado em avaliações semanais de leitura, que são oportunidades para abrir diálogo diretamente com grupos de estudantes. Com algum cuidado e transparência, porém, sempre é possível encontrar estudantes abertos para esses e outros temas. Afinal, é o futuro deles que está em jogo.

Sobre a prática científica, acredito que o campo conceitual e historiográfico de trabalho foi bem exposto aqui. Talvez ele indique um escopo temático muito disperso, algo que certamente

23 Pankaj Mishra, *The world after Gaza: A history* (Penguin, 2025).

pode redundar em prejuízo para a profundidade das pesquisas e a capacidade de contribuir para cada tema em específico.

Há um pequeno número de trabalhos incompletos, que podem vir à luz do dia. Sobretudo, continuo a valorizar a produtividade o trabalho em rede em atividades de pesquisa. A ênfase presente neste memorial sobre as parcerias realizadas ao longo de minha trajetória é decorrente disso. O formato exigido no presente documento demanda o destaque para a especificidade da trajetória acadêmica e a individualidade na autoria de contribuições científicas – não obstante, o conhecimento é produzido social e coletivamente, e acredito ser tão ou mais importante colaborar com agendas organizadas por colegas do que elaborar uma linha individual de atuação.

Se me cabe um destaque, gostaria de enfatizar a interdisciplinaridade da trajetória aqui apresentada. Não apenas atuei em cursos de graduação diferentes, mas participei em associações de pesquisa, periódicos e comissões científicas de áreas diversas. Fui autor de textos em parceria com colegas das áreas de História, Economia, Educação e Sociologia. Acredito que isso indica uma disposição importante para o diálogo entre campos diferentes, bem como a capacidade de estabelecer a comunicação entre eles. Com isso, também espero continuar atuando na difusão de conhecimento científico entre essas áreas e em seu papel para o contínuo melhoramento do ensino, inclusive com a produção de material didático.

Sobre as atividades de gestão, permaneço à disposição de minha unidade, é claro. A luta pela universidade pública não acaba, e ninguém pode se eximir, principalmente aqueles com alguma experiência.

Enfrentei as atividades administrativas de forma integrada a pesquisas sobre a educação superior no Brasil contemporâneo, o que acredito ter sido fundamental para formar uma visão institucional. Mencionei aqui, à guisa de oferecer essa experiência à avaliação, meu entendimento de situações diversas da gestão universitária. Gostaria de ter errado menos, mas imagino que erros sempre vão acontecer. Será melhor se pudermos errar e acertar como um coletivo bem articulado.

Ao fim, ganhei da universidade muito mais do que pude oferecer. Gostaria de ter feito mais. Minha saúde e juventude estão aí para isso.

Anexo:
Currículo Lattes



Wolfgang Lenk

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5677757480426882>

ID Lattes: **5677757480426882**

Última atualização do currículo em 18/09/2026

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (1999), mestrado em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e doutorado em Desenvolvimento Econômico com área de concentração em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Atualmente é professor da Universidade Federal de Uberlândia, onde foi Diretor do Instituto de Economia e Relações Internacionais. Tem experiência nas áreas de História Econômica Geral e do Brasil, com ênfase na Época Moderna, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura, desenvolvimento rural, história ambiental, ecologia política, conflitos sociais, conquista e colonização da América Latina. É autor de "Guerra e Pacto Colonial: a Bahia contra o Brasil Holandês", entre outras publicações. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Wolfgang Lenk 
Nome em citações bibliográficas	LENK, W.; LENK, Wolfgang
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/5677757480426882
Orcid iD	 https://orcid.org/0000-0003-3559-6943
País de Nacionalidade	Brasil

Endereço

Endereço Profissional	Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia. Av. João Naves de Ávila, 2121 Santa Mônica 38400902 - Uberlândia, MG - Brasil Telefone: (34) 32394157 Ramal: 203 Fax: (34) 32394157 URL da Homepage: www.ie.ufu.br
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2005 - 2009

Doutorado em Desenvolvimento Econômico / História Econômica.
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.
Título: Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654)🌱, Ano de obtenção: 2009.
Orientador: 🧐 José Jobson de Andrade Arruda.
Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.
Palavras-chave: Bahia - Invasões Holandesas; Bahia colonial; Açúcar - História; Fiscalidade - história.
Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História do Brasil / Especialidade: História do Brasil Colônia.
Grande Área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História do Brasil / Especialidade: História Regional do Brasil.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia / Subárea: Teoria Econômica / Especialidade: História Econômica.

2000 - 2003

Mestrado em História Econômica.
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.
Título: A idade de ferro da Bahia: guerra, açúcar e comércio no tempo dos flamengos, 1624-1654🌱, Ano de Obtenção: 2003.
Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio Novais.
Palavras-chave: Bahia colonial; Brasil holandês; Bahia - Invasões Holandesas.
Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História do Brasil / Especialidade: História do Brasil Colônia.
Grande Área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: Teoria e Filosofia da História / Especialidade: História Econômica.
Setores de atividade: Educação Superior; Educação Média de Formação Geral; Outro.

2003 - 2004

Especialização em Diplomacia Econômica. (Carga Horária: 372h).
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.

1995 - 1999

Graduação em Ciências Econômicas.
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.
Título: Brasil e Holanda em Pernambuco.
Orientador: Prof Dr. Rui Guilherme Granziera.
Bolsista do(a): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.

Pós-doutorado

2025 - 2026

Pós-Doutorado.
Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Economia / Subárea: Teoria Econômica / Especialidade: História Econômica.
Grande Área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História da América / Especialidade: História Latino-Americana.
Grande Área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História Moderna e Contemporânea.

Formação Complementar

2018 - 2018

Formação de servidores para atuar em comissão de Processo Administrativo Di. (Carga horária: 27h).
Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.

2013 - 2013

Formação de professores para atuar na Educação a Distância. (Carga horária: 80h).
Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.

Atuação Profissional

Vínculo institucional

2010 - Atual Vínculo: Servidor público, Enquadramento Funcional: Professor Associado, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Atividades

01/2025 - Atual Pesquisa e desenvolvimento, Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Linhas de pesquisa
Colonização, Agricultura e Demografia dos Andes (XVI-XVII)

05/2024 - Atual Direção e administração, Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Cargo ou função
Diretor.

01/2023 - Atual Pesquisa e desenvolvimento, Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Linhas de pesquisa
História Agrária, História Econômica e Ecologia Política

01/2022 - Atual Pesquisa e desenvolvimento, Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Linhas de pesquisa
Colonização e Capitalismo Agrário

08/2010 - Atual Ensino, Relações Internacionais, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Economia Brasileira I
Formação Econômica do Brasil
Relações Econômicas Internacionais I

03/2010 - Atual Ensino, Ciências Econômicas, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Economia Brasileira Contemporânea I
Economia Marxista I
Formação Econômica do Brasil
Relações Econômicas Internacionais I
Tópicos em Economia Política

01/2019 - 12/2023 Pesquisa e desenvolvimento, Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Linhas de pesquisa
Escravidão Colonial, Tráfico de Escravos e Capitalismo Mercantil (XVI-XVIII)

05/2018 - 06/2021 Direção e administração, Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Cargo ou função
Diretor do Instituto de Economia e Relações Internacionais.

01/2016 - 12/2020 Pesquisa e desenvolvimento, Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Linhas de pesquisa
Perfil sócio-econômico dos estudantes das universidades públicas brasileiras

06/2017 - 05/2018 Conselhos, Comissões e Consultoria, Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Cargo ou função
Membro do Colegiado do Curso de Graduação em Ciências Econômicas.

08/2013 - 05/2018 Conselhos, Comissões e Consultoria, Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Cargo ou função
Membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Ciências Econômicas.

01/2016 - 12/2017 Pesquisa e desenvolvimento, Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Linhas de pesquisa
Financiamento da educação superior

08/2014 - 12/2017	Ensino, Administração Pública, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Economia Brasileira
01/2014 - 12/2016	Pesquisa e desenvolvimento, Instituto de Economia e Relações Internacionais. Linhas de pesquisa Nação e nacionalismo: interpretações
08/2015 - 10/2016	Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho Universitário. Cargo ou função Membro da Comissão Estatuinte da Universidade Federal de Uberlândia.
01/2013 - 12/2015	Pesquisa e desenvolvimento, Instituto de Economia e Relações Internacionais. Linhas de pesquisa Desenvolvimentismo: dimensão sócio-política e interpretação histórica
10/2012 - 10/2015	Conselhos, Comissões e Consultoria, Instituto de Economia e Relações Internacionais. Cargo ou função Membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Relações Internacionais.
01/2012 - 12/2014	Pesquisa e desenvolvimento, Instituto de Economia e Relações Internacionais. Linhas de pesquisa Historiografia: utopia, teleologia, "fim da história" e realismo capitalista
03/2010 - 07/2010	Ensino, Administração, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Teoria Econômica II

Faculdades de Campinas, FACAMP, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2010	Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor Assistente, Carga horária: 40
--------------------	---

Atividades

08/2007 - 03/2010	Ensino, Economia, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Formação Econômica do Brasil I Formação Econômica do Brasil II
08/2007 - 03/2010	Ensino, Relações Internacionais, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Diplomacia Econômica Formação Econômica do Brasil I Formação Econômica do Brasil II Política Externa do Brasil

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2006	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor de pós-graduação, Carga horária: 4
--------------------	---

Atividades

06/2006 - 07/2006	Ensino, A economia e a política das eleições, Nível: Pós-Graduação Disciplinas ministradas Políticas de desenvolvimento Conceitos básicos de Economia
08/2005 - 11/2005	Ensino, Globalização e Cultura, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Economia

05/2005 - 07/2005

Ensino, Política e Relações Internacionais, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
História das Relações Internacionais

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2009

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Bolsista

Vínculo institucional

1999 - 1999

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: Bolsista, Carga horária: 0, Regime: Dedicção exclusiva.

Atividades

6/1999 - 12/1999

Pesquisa e desenvolvimento, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Linhas de pesquisa
A capitania da Bahia durante as invasões holandesas
Debates em História Econômica do Brasil

Fundação Economia de Campinas, FECAMP, Brasil.

Vínculo institucional

1997 - 1998

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: , Carga horária: 20

Outras informações

Termo de compromisso de estágio de acordo com a lei 6494/77 e decreto 87.497-82

Vínculo institucional

1996 - 1997

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: , Carga horária: 10

Outras informações

Termo de compromisso de estágio de acordo com a lei 6494/77 e decreto 87.497-82

Atividades

8/1997 - 1/1998

Estágios , Fundação Economia de Campinas.

Estágio realizado
Compilação e tabelamento de dados das PNADs-IBGE.

9/1996 - 2/1997

Estágios , Fundação Economia de Campinas.

Estágio realizado
Compilação e tabelamento de dados das PNADs-IBGE.

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2009

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor substituto, Carga horária: 4

Outras informações

Disciplina: História Econômica Geral

Vínculo institucional

2002 - 2002

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: Professor em estágio docente, Carga horária: 4

Outras informações

Disciplina: Formação Econômica do Brasil I

Vínculo institucional

1996 - 1996

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Outro, Carga horária: 10

Atividades

03/2009 - 07/2009

Ensino, Ciências Econômicas, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
História Econômica Geral

3/2002 - 7/2002

Ensino, Ciências Econômicas, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Formação Econômica do Brasil I

8/1996 - 12/1996

Ensino, Ciências Econômicas, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Monitor pela FAEP/UNICAMP de CE-431 Economia Matemática II (Cálculo II), turmas C e D (seg/10h-qua/08h)

Linhas de pesquisa

1. A capitania da Bahia durante as invasões holandesas
2. Debates em História Econômica do Brasil
3. Historiografia: utopia, teleologia, "fim da história" e realismo capitalista
4. Desenvolvimentismo: dimensão sócio-política e interpretação histórica
5. Nação e nacionalismo: interpretações
6. Perfil sócio-econômico dos estudantes das universidades públicas brasileiras
7. Financiamento da educação superior
8. Escravidão Colonial, Tráfico de Escravos e Capitalismo Mercantil (XVI-XVIII)
9. Colonização e Capitalismo Agrário
10. Colonização, Agricultura e Demografia dos Andes (XVI-XVII)
11. História Agrária, História Econômica e Ecologia Política

Projetos de pesquisa

2025 - Atual

Conquista, Colonização e Resiliência da Agricultura Andina (XVI-XVII)

Descrição: Investigar a relação entre a conquista e a dissolução do Estado Inca com o colapso agrícola e demográfico da população no antigo Tawantinsuyu. Observar os indícios e evidências de continuidade de elementos gerais e específicos/regionais do sistema agrário inca após o colapso do século XVI, como um meio de compreender a história agrária e econômica da região nos séculos subsequentes..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Wolfgang Lenk - Coordenador.

2021 - Atual

As linhagens históricas do pensamento econômico

Descrição: O objetivo desta pesquisa é investigar a história do pensamento econômico a partir dos registros de comunicação e interpretação de fenômenos associados à produção e distribuição material da vida social, aos sistemas de troca entre populações, a criação e manutenção de riqueza, entre outros relacionados e possíveis de serem observados ao longo da investigação. Para tanto, será necessário mapear as fontes disponíveis, analisá-las em seus contextos e propor um método de classificação cladística do pensamento econômico. A seleção de pensadores econômicos e economistas será feita com base na criação ou desenvolvimento de linhas investigativas dentro de uma determinada abordagem do pensamento econômico. Não se pretende criar uma lista exaustiva de nomes, mas compor um conjunto de contribuições que a partir de seus trabalhos em seus contextos expressaram e expressam a potência científica das abordagens do pensamento econômico a nível global. Abrange também contribuições não-textuais, como os Quipus, inscrições em rochas ou conchas, entre outros registros de atividades e reflexões que evidenciam questões e relações econômicas..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Wolfgang Lenk - Integrante / Leonardo Segura Moraes - Coordenador.

Número de produções C, T & A: 2

2020 - 2024

Capitalismo Mercantil, Escravidão e Agricultura (séculos XIV-XVIII)

Descrição: Reconstituição histórica de transformações no campo comercial e agrário do universo atlântico, durante a Época Moderna. Elaboração de sínteses bibliográficas, a partir de pesquisas recentes, e produção de textos com orientação para o ensino. Recuperar o debate sobre a organização do escravismo moderno a partir do conhecimento atual sobre o tráfico transatlântico de escravos. Revisitar a posição da plantation colonial-escravista no contexto da história agrária da época moderna, bem como da formação do capitalismo agrário. O projeto parte de perspectiva global e ecológica, em crítica do tanto do viés eurocêntrico como do antropocentrismo e anti-humanismo presentes em análises da formação da economia mundial moderna..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Wolfgang Lenk - Integrante / Maxmiliano Mac Menz - Coordenador.

Número de produções C, T & A: 4

2016 - 2020

Financiamento da educação superior e perfil sócio-econômico do corpo discente

Descrição: Análise da evolução do perfil do corpo discente das universidades brasileiras, a partir de bases de dados da Andifes, PNAD e Censo da Educação Superior. Balanço do debate e histórico recente do financiamento da educação superior no mundo e cobranças de taxas, anuidades e matrículas. Análise orçamentária das universidades públicas. Proposta do grupo é elaborar uma crítica de projetos de cobrança de mensalidades em universidades públicas no Brasil, considerando o perfil socio-econômico do corpo discente e as transformações de tais cobranças em universidades estrangeiras..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Wolfgang Lenk - Coordenador / Fernando Batista Pereira - Integrante / CARVALHO, Cristina Helena Almeida de - Integrante / MACIEL, Francieli Tonet - Integrante.

Número de produções C, T & A: 5

2012 - 2017

Dimensões Políticas do Desenvolvimentismo: teoria e prática

Projeto certificado pelo(a) coordenador(a) Alessandro André Leme em 17/09/2026.

Descrição: O trabalho do grupo envolve a discussão de pensadores do subdesenvolvimento que atuaram nos anos críticos da década de 60 e do golpe militar, como Fernando Henrique Cardoso, Hélio Jaguaribe e Caio Prado Jr., com ênfase nas dimensões políticas do desenvolvimento econômico e os desafios sócio-políticos que lhe são inerentes. Com esse pano de fundo, propõe-se a análise de disputas e impactos sócio-econômicos decorrentes de dois grandes projetos de corte desenvolvimentista: o Programa Minha Casa Minha Vida (por meio da análise da distribuição de seus recursos na cidade de Uberlândia-MG) e a construção da UHE Belo Monte (por meio da análise de seus impactos locais e dos conflitos gerados pela construção)..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Wolfgang Lenk - Integrante / Alessandro André Leme - Coordenador /
Camila Moreira Fernandes - Integrante / Gabriela Laura Teixeira - Integrante.

Número de produções C, T & A: 7

Membro de corpo editorial

2001 - 2006 Periódcio: Leituras de Economia Política: Revista do Instituto de Economia da UNICAMP

Revisor de periódico

2019 - Atual Periódcio: REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA

2018 - Atual Periódcio: FACES DA HISTÓRIA

2018 - Atual Periódcio: LER HISTÓRIA

2016 - Atual Periódcio: História Econômica & História de Empresas (ABPHE)

2011 - Atual Periódcio: REVISTA ANGELUS NOVUS

2011 - Atual Periódcio: ECONOMIA ENSAIOS (UFU. IMPRESSO)

2001 - Atual Periódcio: Leituras de Economia Política: Revista do Instituto de Economia da UNICAMP

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: Teoria e Filosofia da História/Especialidade: História Econômica.
2. Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História do Brasil/ Especialidade: História do Brasil Colônia.
3. Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História Moderna e Contemporânea.
4. Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: Teoria e Filosofia da História.

Idiomas

Inglês Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Alemão Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Espanhol Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. **LENK, Wolfgang**; SEGURA MORAES, LEONARDO . Aproximação a Al-Muqaddimah: Ibn Khald"n em perspectiva historiográfica. História Econômica & História de Empresas (ABPHE), v. 27, p. 519-549, 2024.

2. FERNANDES, C. M. ; LEME, A. A. ; LENK, W. . A formação econômica e urbana de Uberlândia e o Programa Minha Casa Minha Vida: interesses político-econômicos e desafios sociais. Revista de la Red de Intercâmbios de Historia de América Latina Contemporânea, v. 9, p. 1-21, 2022.
3. 🌟 LENK, W.; PEREIRA, F. B. . Cobrança de mensalidade nas universidades federais: para que e para quem?. REVISTA DEBATE ECONÔMICO, v. 4, p. 70, 2017.
4. LEME, A. A. ; LENK, W. . Desenvolvimento e política: apontamentos em Fernando Henrique Cardoso e Hélio Jaguaribe. E-Latina (Buenos Aires) JCR, v. 13, p. 1-13, 2014.
5. LENK, W.. Problemas do poder naval português na guerra contra os holandeses. Navigator (Rio de Janeiro) JCR, v. 6, p. 85-101, 2010.
6. LENK, W.. Fiscalidade e administração fazendária na Bahia durante a guerra holandesa. História Econômica & História de Empresas (ABPHE), v. XIII, p. 53-78, 2010.
7. Presser, Mário F. ; LENK, W. ; MADUREIRA, F. Q. . Negociações em agricultura na OMC. Economia Política Internacional: análise estratégica, Campinas, n.1, p. 27-33, 2004.
8. LENK, W.. Genealogia do Capitalismo?. Leituras de Economia Política: Revista do Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, n.8, p. 153-159, 2001.

Livros publicados/organizados ou edições

1. 🌟 LENK, W.. Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil Holandês. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2013. v. 1. 480p .

Capítulos de livros publicados

1. 🌟 MENZ, M. M. ; LENK, W. . Agricultura e Sociedade Rural. In: André de Melo Araújo; Andréa Doré; Luis Filipe Silvério Lima; Marília de Azambuja Ribeiro Machel; Rui Luis Rodrigues. (Org.). A época Moderna. 1ed.Petrópolis: Vozes, 2024, v. , p. 37-65.
2. MENZ, M. M. ; LENK, W. . Luanda: Global Capital of the Slave Trade. In: Mota, Maria Sarita ; Atallah, Claudia C. Azeredo; Dominguez, Rodrigo da Costa. (Org.). Portuguese colonial cities: local dynamics, global flows (c.1500-1900). 1ed.Buenos Aires: Teseo, 2022, v. , p. 363-394.
3. 🌟 MENZ, M. M. ; LENK, W. . Escravidão, escravismo e tráfico de escravos. In: Pesavento, Fábio; Lima, Fernando C. G. de C.. (Org.). História Econômica do Brasil Colônia. 1ed.São Paulo: Hucitec, 2022, v. , p. 129-164.
4. LENK, W.. Empire-building and the Sugar Business in the South Atlantic (1621-1654). In: Böttcher, Nikolaus; Hausberger, Bernd; Ibarra, Antonio. (Org.). Redes y negocios globales en el mundo ibérico, siglos XVI-XVIII. Madrid: Bibliotheca Ibero-Americana, 2011, v. , p. 85-105.
5. LENK, W.. Warfare and taxation in Portuguese Brazil during the Dutch War (1624-1654). In: Rafael Torres Sánchez. (Org.). War, State and Development. Fiscal-military States in the Eighteenth Century. 1ed.Navarra: Euns, 2007, v. 1, p. 231-251.
6. LENK, W.. Açúcar: conjuntura econômica no Atlântico Sul (1621-1654). In: Alberto Vieira. (Org.). História do Açúcar: Fiscalidade, Metrologia, Vida Material e Patrimônio. 1ed.Funchal: CEHA, 2006, v. 1, p. 251-277.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **LENK, Wolfgang;** MENDONCA, F. A. P. . Quem liga para o Banco Mundial?. Carta Maior.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. **LENK, W..** Ecologia, agricultura e capitalismo: um diálogo entre história ambiental e história agrária. In: XV Congresso Brasileiro de História Econômica & 16ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2023, Osasco. Anais do XV Congresso Brasileiro de História Econômica & 16ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2023.
2. **LENK, W.;** MORAES, L. S. . Aproximação a Al-Muqaddimah: Ibn Khaldun em perspectiva historiográfica. In: XIV Congresso Brasileiro de História Econômica & 15ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2021, Varginha. Anais do XIV Congresso Brasileiro de História Econômica & 15ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2021.
3. **LENK, W.;** CARVALHO, C. H. A. ; PEREIRA, F. B. . Desigualdade Social na Educação Superior e a Gratuidade em Universidades Públicas. In: XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 14ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2019, Criciúma. Anais do XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 14ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2019.
4. CARVALHO, C. H. A. ; **LENK, W. ;** MACIEL, F. T. ; PEREIRA, F. B. . Desigualdade de renda e o acesso à educação superior brasileira: a cobrança de mensalidades nas instituições federais é a solução?. In: 8ª Conferência Associação Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (FORGES), 2018, Lisboa. O papel da Garantia da Qualidade na Gestão do Ensino Superior: desafios, desenvolvimentos e tendências, 2018.
5. **LENK, W.;** PEREIRA, F. B. . Cobrança de mensalidade nas universidades federais: para que e para quem?. In: V Encontro FINEDUCA, 2017, Natal. V Encontro FINEDUCA, 2017.
6. FERNANDES, C. M. ; **LEME, A. A. ; LENK, W. .** A formação econômica e urbana de Uberlândia e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica & 12ª Conferência Internacional de História das Empresas, 2015, Vitória. Anais do XI Congresso da ABPHE, 2015.
7. **LEME, A. A. ; LENK, W. .** Desenvolvimento e (novo)desenvolvimentismo: energia, poder e conflito em Belo Monte. In: VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP 2015), 2015, Lima, Peru. VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP 2015), 2015.
8. **LENK, W.;** **LEME, A. A. .** Teleologia e economicismo em Caio Prado Jr.: um olhar sobre o debate. In: XXVIII Simpósio Nacional em História, 2015, Florianópolis. Anais do XXVIII Simpósio da ANPUH, 2015.
9. **LENK, W..** Novas considerações sobre o movimento conjuntural da economia açucareira no século XVII. In: X Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica e XI Conferência Internacional em História de Empresas, 2013, Juiz de Fora. Anais do X Congresso da ABPHE, 2013.
10. **LENK, W..** A aclamação de D. João IV na Bahia. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011.
11. **LENK, W..** Fiscalidade e administração fazendária na Bahia durante a guerra holandesa. In: 38º Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2010, Salvador. Anais do 38º Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2010.
12. **LENK, W..** Necessitas legem vincit: norma e prática da Fazenda Real na Bahia (1624-1654). In: VIII Congresso Brasileiro de História Econômica, 2009, Campinas. VIII Congresso Brasileiro de História Econômica, 2009.
13. **LENK, W..** Aspectos sociais da resistência à ocupação holandesa (Bahia, 1624-1654). In: Simpósio de pós-graduação em História Econômica, 2008, São Paulo. Anais do simpósio de pós-graduação em História Econômica, 2008.

14. **LENK, W..** Aspectos sociais da defesa da Bahia durante as guerras holandesas (1624-1654). In: II Encontro Internacional de História Colonial, 2008, Natal. II Encontro Internacional de História Colonial, 2008.
15. **LENK, W..** Açúcar: conjuntura econômica e economia de guerra no Atlântico sul (1621-1654). In: IV Seminário Internacional de História do Açúcar, 2006, Funchal, Portugal, 2006.
16. **LENK, W..** State and warfare in portuguese Brazil (1624-1654). In: XIV International Economic History Congress, 2006, Helsinque, Finlândia. XIV International Economic History Congress, 2006.
17. **LENK, W..** Empire-building and the sugar business in the South Atlantic, 1621-1654. In: XIV International Economic History Congress, 2006, Helsinque. Imperial networks and global business in the Iberian World. Mexico: AMHE, 2006.
18. **LENK, W..** State and warfare in portuguese Bahia, 1624-1654. In: III Encontro de Pós-Graduação da ABPHE, 2006, Campinas. Anais do III Encontro de Pós-Graduação da ABPHE, 2006.
19. **LENK, W..** Guerra no Recôncavo: impactos das invasões holandesas na produção de açúcar na Bahia, 1624-1654. In: II Encontro de Pós-Graduação da ABPHE, 2005, Niterói. Anais do II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, 2005.
20. **LENK, W..** Novas colônias e novo colonialismo no século XVII. In: X Encontro Nacional de Economia Política, 2005, Campinas. X Encontro Nacional de Economia Política, 2005. p. 640-660.

Resumos publicados em anais de congressos

1. **LENK, W..** Em necessidades não há leis: norma e prática da Fazenda Real na Bahia (1624-1654). In: XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2009, Fortaleza. XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2009.
2. **LENK, W..** A defesa da ordem contra os holandeses e a organização do fisco na Bahia. In: Colóquio internacional Economia e colonização na dimensão do império português, 2008, São Paulo. Economia e colonização na dimensão do império português, 2008.
3. **LENK, W..** O 'socorro do Reino': o provimento material da defesa do Brasil pela Coroa de Portugal (1624-1654). In: XXVIII Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social, 2008, Guimarães. XXVIII Encontro da APHE, 2008.
4. **LENK, W..** África, Europa e Bahia: conjuntura econômica do açúcar baiano durante as invasões holandesas. In: I Seminário de História do Açúcar: História e Cultura Material, 2005, Itu. Canaviais, Engenho e Açúcar: história e cultura material, 2005.

Apresentações de Trabalho

1. **LENK, Wolfgang.** 'Indios muertos': a colonização e o despovoamento dos Andes no século XVI. 2026. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
2. **LENK, Wolfgang.** Colonização e resiliência da agricultura andina. 2026. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. **LENK, Wolfgang.** A independência do Brasil hoje: energia, tecnologia e segurança alimentar. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. PUNTONI, P. ; **LENK, W. .** Evaldo Cabral de Mello: intérprete do Brasil. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5. **LENK, Wolfgang.** Cobrança de mensalidade nas universidades federais: para que e para quem?. 2017. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
6. **LENK, W..** Guerra e pacto colonial: a Bahia contra o Brasil Holandês. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
7. **LENK, W..** Os Estados Unidos em perspectiva histórica. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **LENK, W..** Guerras brasileiras: motins, revoltas e insurreições. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **LENK, Wolfgang.** Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **LENK, Wolfgang.** O peso da guerra luso-holandesa na América Portuguesa pela tributação. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
11. **LENK, Wolfgang.** Novas colônias ou novo colonialismo do século XVII. 2003. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1. **LENK, Wolfgang.** Parecer sobre projeto de pesquisa submetido à Fapesp. 2025.
2. **LENK, Wolfgang.** Comissão Local de Implementação do Programa de Gestão e Desempenho no âmbito do IERI/UFU. 2024.
3. **LENK, Wolfgang.** Comissão para elaboração de procedimentos gerais e critérios para avaliação de pedidos de remanejamento de força de trabalho interno da Unidade. 2023.
4. **LENK, Wolfgang.** Comissão para Elaboração de Proposta IERI para o edital DIRPO/UFU nº 2/2021, ref. proc. 23117.049243/2021-77. 2021.
5. **LENK, Wolfgang.** Comissão para Revisão da Resolução CONDIR nº 3/2015, que ? Estabelece as normas e os procedimentos gerais destinados à realização de concurso público de provas e títulos para o ingresso nas carreiras e cargos do magistério federal, e à realização de processo seletivo simplificado para a contratação de professor substituto na Universidade Federal de Uberlândia'. 2020.
6. **LENK, Wolfgang.** Parecer sobre artigo submetido à revista Economia Ensaios. 2020.
7. **LENK, Wolfgang.** Parecer submetido ao Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia, ref. proc. 23117.067365/2018-40. 2020.
8. **LENK, Wolfgang.** Parecer sobre artigo submetido à revista História Econômica & História de Empresas. 2019.
9. **LENK, Wolfgang.** Parecer sobre artigo submetido à Revista de Economia Política e História Econômica.. 2019.
10. **LENK, Wolfgang.** Parecer submetido ao Conselho Diretor da Universidade Federal de Uberlândia, ref. proc. 23117.074263/2018-81.. 2019.

11. **LENK, Wolfgang.** Parecer sobre artigo submetido à revista Faces da História. 2018.
12. **LENK, Wolfgang.** Parecer sobre artigo submetido à revista Ler História. 2018.
13. **LENK, Wolfgang.** Parecer sobre artigo submetido à revista História Econômica & História de Empresas. 2017.
14. **LENK, Wolfgang.** Parecer sobre artigo submetido à revista Economia Ensaios. 2017.
15. **LENK, Wolfgang.** Parecer sobre artigo submetido à revista História Econômica & História de Empresas. 2016.
16. **LENK, Wolfgang.** Parecer sobre projeto de pesquisa submetido à Fapesp. 2016.
17. **LENK, W..** Parecer sobre projeto de pesquisa submetido à Fapesp. 2015.
18. **LENK, W..** Parecer sobre relatório de pesquisa submetido à Fapesp. 2015.
19. **LENK, Wolfgang.** Parecer sobre projeto de pesquisa submetido à Fapemig. 2015.
20. **LENK, W..** Parecer sobre relatório de pesquisa submetido à Fapesp. 2015.
21. **LENK, W..** Parecer de artigo submetido à revista Economia Ensaios. 2014.
22. **LENK, W..** Parecer sobre artigo submetido à revista Economia Ensaios. 2013.
23. **LENK, W..** Parecer sobre relatório de Bolsa de Iniciação Científica da Fapesp. 2013.
24. **LENK, W..** Parecer de artigo submetido à revista Economia Ensaios. 2012.
25. **LENK, W..** Parecer sobre artigo submetido à revista Leituras de Economia Política. 2012.
26. **LENK, W..** Parecer sobre projeto de pesquisa submetido à Fapesp. 2012.
27. **LENK, W..** Parecer sobre artigo submetido à revista Angelus Novus. 2011.
28. **LENK, W..** Parecer sobre artigo submetido à revista Economia Ensaios. 2011.
29. **LENK, W..** Parecer sobre projeto de pesquisa submetido à Fapesp. 2011.

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. PAULA, R. Z. A.; SOUZA, L. E. S.; **LENK, Wolfgang**. Participação em banca de Jessé Sales Rêgo. O Debate Previdenciário e as Implicações Macroeconômicas: uma análise da literatura especializada no período recente. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade Federal do Maranhão.
2. **LENK, W.**; **LEME, A. A.**; SOARES, E.. Participação em banca de Camilla Fernandes Moreira. O programa Minha Casa, Minha Vida: uma análise dos impactos na cidade de Uberlândia-MG. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia.

Teses de doutorado

1. **LENK, W.**; VLACH, Vânia Rúbia Farias. Participação em banca de Ronaldo da Silva. Brasília e Washington: política externa divergente e as perspectivas da integração sul-americana. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia.

Qualificações de Mestrado

1. ABREU, J. L. N.; MAHL, M. L.; **LENK, W.**. Participação em banca de Maria Angélica da Costa Silva. Água para todo o sempre: políticas públicas de saneamento em Ituiutaba-MG, 1970-1980. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
2. **LENK, W.**; **MENZ, M. M.**; RICUPERO, R.. Participação em banca de André Filipe de Melo e Paiva. As Conjunturas Econômicas do Atlântico Português: Um Estudo Serial (1694-1807). 2015. Exame de qualificação (Mestrando em História Econômica) - Universidade de São Paulo.
3. **LENK, W.**. Participação em banca de Camilla Fernandes Moreira. O Programa Minha Casa Minha Vida: uma análise dos impactos na cidade de Uberlândia. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia.
4. **LENK, W.**; ALMEIDA Fo., Niemeyer. Participação em banca de Tiago Camarinha Lopes. Industrialização e Planejamento Econômico no Brasil: um estudo do contexto de transição entre modos de produção. 2011. Exame de qualificação (Mestrando em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **MENZ, M. M.**; FEITLER, B. G.; **LENK, Wolfgang**. Participação em banca de Valter Gentili Lima. Conveniente ao serviço de Vossa Magestade: os expedientes da guerra do Estado Português da Índia durante a Restauração. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de São Paulo.
2. MAHL, M. L.; RIBEIRO JUNIOR, F. P.; **LENK, Wolfgang**. Participação em banca de Felipe Palazzo Rodrigues. Revista Indústria e Produtividade: problemas e perspectivas para o Empresariado e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 1968. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
3. **LENK, W.**. Participação em banca de Yanca Karoline Peixoto. Inovações produzidas pelo departamento de defesa dos Estados Unidos entre 1950 e 1970 e sua relação com a hegemonia. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso

4. CICERO, P. H. M.; AMARAL, M. S.; **LENK, W.**. Participação em banca de Mônica Martins Naves. Desenvolvimento e dependência na Venezuela entre os anos 2000-2012: uma análise à luz das teorias econômico-políticas latino-americanas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia.
5. **LENK, W.**; CICERO, P. H. M.; AMARAL, M. S.. Participação em banca de Ana Carolina Lima Gomes. A ascensão reacionária junto à Revolução Bolivariana: o surgimento da Mesa de La Unidad Democrática. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia.
6. MENDONÇA, F. A. P.; **LENK, W.**; CICERO, P. H. M.. Participação em banca de Gabriel Ramos Saad. O desenvolvimento em dois tempos: nuances sobre a política econômica de Kubitschek e Lula. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia.
7. MENDONÇA, F. A. P.; **LENK, Wolfgang**; MARTINS, D.. Participação em banca de Maria Carolina Sardeli Saramago de Oliveira. Política Externa: um olhar sobre a posição dos governos Lula (2003-2010) na esfera internacional. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia.
8. ANDRADE, D. C.; VERISSIMO, M. P.; **LENK, Wolfgang**. Participação em banca de Gabriela Oliveira Gonçalves. Desenvolvimento Sustentável: uma abordagem da temática ambiental sob a ótica da Economia Ambiental Neoclássica e da Economia Ecológica.. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia.
9. AMARAL, M. S.; NASCIMENTO, C. A.; **LENK, Wolfgang**. Participação em banca de Paulo Henrique Costa Lima. Chile: Da ascensão da esquerda democrática ao liberalismo autoritário. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia.
10. ANDRADE, D. C.; SILVA, V. A.; **LENK, Wolfgang**. Participação em banca de Rafael Ferreira Diniz. Padrões de sustentabilidade ecológica no Brasil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia.
11. AMARAL, M. S.; **LENK, Wolfgang**; SILVA, L. B. E.. Participação em banca de Celina Alvim Souza Siquieroli. A Economia Comportamental e suas Contribuições: um estudo sobre o Homo Economicus. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia.
12. **LENK, W.**. Participação em banca de Rafela Teixeira Silva. A cooperação Sul-Sul como instrumento de política externa durante o governo Lula. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia.
13. **LENK, W.**. Participação em banca de Paula oliveira Moreira. Excepcionalismo, anti-americanismo e o Estado Islâmico: a formação e os limites do poder hegemônico dos EUA no pós-Segunda Guerra. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia.
14. **LENK, W.**. Participação em banca de Eunice Henriques Pereira Villela. O desenvolvimento do setor sucroalcooleiro no Brasil: expansão, crise e dinâmica regional. 2016.
15. **LENK, W.**. Participação em banca de Daniel Gonçalves Mitidiero Filho. Especialização econômica e distribuição de renda: uma análise em municípios brasileiros para os anos 2000 e 2010. 2016.
16. **LENK, W.**; SELIS, L. M. R.; MENDONÇA, F. A. P.. Participação em banca de Mateus de Paula Narciso Rocha. A idolatria epistemológica: uma crítica à história dos grandes debates. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia.

17. **LENK, W..** Participação em banca de Vinícius Alvares Costa. Análise de política externa sobre a relação bilateral entre Brasil e China. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia.
18. **LENK, W.; CARDOZO, S. A.; COUTO, E. P.** Participação em banca de Ludmila Luísa Tavares e Azevedo. O Plano Trienal e a coerência com o pensamento de Celso Furtado. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia.
19. **LENK, W.; MUNHOZ, V. C. V.; ALMEIDA Fo., Niemeyer.** Participação em banca de Jaqueline Matias dos Santos. A natureza do processo de reprimarização da economia brasileira nos anos 2000. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade de São Paulo.
20. **LENK, W..** Participação em banca de Douglas Dias Braz. A solução da questão agrária e o desenvolvimento brasileiro. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia.
21. **LENK, W..** Participação em banca de Bruna Aparecida da Costa. Concentração Regional e Polarização Econômica no Brasil. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia.
22. **LENK, W..** Participação em banca de Ana Paula da Silva. Concentração das atividades produtivas no Brasil e desigualdades regionais. 2011.
23. **LENK, W..** Participação em banca de Camila Dias Rosa. Desenvolvimento econômico e desigualdade social na cidade de Uberlândia. 2010.
24. **LENK, W..** Participação em banca de Marcelo Viana de Meira. Por que o mundo não funciona como uma colméia?: o comércio internacional sob a ótica da teoria de Kenneth Waltz. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdades de Campinas.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1. SOUZA, I. I.; PEREIRA, A. L. S.; FRACALANZA, A. P.; VARELA, C. A.; TAYRA, F.; **LENK, Wolfgang.** Concurso Público de Provas e Títulos na Área de Meio Ambiente e Políticas Públicas. 2025. Universidade Federal de São Paulo.
2. IMBIRIBA, B.; BARUCO, G.; **LENK, W..** Concurso Público de Provas e Títulos na Área de Desenvolvimento Econômico. 2023. Universidade Federal de Uberlândia.
3. **LENK, W..** Concurso Público de Provas e Títulos na Área de Historiografia e Metodologia da História. 2016. Universidade Federal de Uberlândia.
4. DEUS, L. G.; SUPRINIAK, C.; **LENK, W..** Concurso Público de Provas e Títulos na Área de História do Pensamento Econômico. 2013. Universidade Federal de Ouro Preto.
5. GARLIPP, J. R. D.; FARIA, L. A. E.; **LENK, W..** Concurso Público de Provas e Títulos na Área de Economia Política Internacional. 2012. Universidade Federal de Uberlândia.
6. TOSI, Pedro Geraldo; GENNARI, Adílson Marques; **LENK, W..** Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargo de professor assistente, nas disciplinas Economia I e II. 2011. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Outras participações

1. **LENK, Wolfgang.** Comitê Científico do XII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História Econômica. 2024. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.
2. **LENK, Wolfgang.** Comitê Científico do XXVII Encontro Nacional de Economia Política. 2022. Sociedade Brasileira de Economia Política.
3. **LENK, W..** Comitê Científico do XIV Congresso Brasileiro de História Econômica e 15ª Conferência Internacional de História de Empresas. 2021. Universidade Federal de Alfenas.
4. **LENK, W.;** CORREIA, I. T.; OLIVEIRA, G. S.. Comissão Julgadora do Processo Seletivo para Contratação de Professor Substituto no Instituto de História. 2019. Universidade Federal de Uberlândia.
5. **LENK, W..** Comitê Científico da VII Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. 2018. Universidade de São Paulo.
6. **LENK, Wolfgang.** Comitê Científico da VI Conferência Internacional de História Econômica e VIII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. 2016. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.
7. **LENK, W..** Comitê Científico do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. 2015. Universidade Federal do Espírito Santo.
8. **LENK, W..** Comissão de seleção do Tutor do Grupo PET do Curso de Graduação em Ciências Econômicas. 2014. Universidade Federal de Uberlândia.
9. **LENK, W..** Comissão para seleção do Tutor do grupo PET do Curso de Graduação em Ciências Econômicas. 2012. Universidade Federal de Uberlândia.
10. **LENK, Wolfgang;** TERRA, F. H. B.; GARLIPP, J. R. D.. Comissão Julgadora do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Substituto na área de Economia. 2011. Universidade Federal de Uberlândia.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Ciclo de Palestras "Brasil 200 anos: projetos de Independência".Palestra: "A independência do Brasil hoje: energia, tecnologia e segurança alimentar". 2022. (Outra).
2. X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica. 2020. (Encontro).
3. XI Congresso brasileiro de História Econômica & 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. Membro do Comitê Científico e Coordenador de Simpósio Temático. 2015. (Congresso).
4. Encontro dos Núcleos Docentes Estruturantes da Universidade Federal de Uberlândia.Representante do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Ciências Econômicas. 2014. (Encontro).
5. Dia do Patrimônio Brasil - Holanda.História e Cultura Material. 2011. (Encontro).

6. O Governo dos Povos: poder e administração no Império português. 2005. (Seminário).
7. Seminário Internacional Estado e Desenvolvimento. 2005. (Seminário).
8. II Congresso de pós-graduação em História Econômica. II Congresso de pós-graduação em História Econômica. 2004. (Congresso).
9. Negociações internacionais: o maior risco é não conhecer. 2004. (Simpósio).
10. Seminário de negociações internacionais em serviços financeiros. 2004. (Seminário).
11. Simpósio global sobre serviços, A internacionalização dos serviços: estratégias. 2004. (Simpósio).
12. Ideologia à parte, tudo sobre a ALCA. 2003. (Simpósio).
13. IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica. 2001. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **LENK, W.;** ALMEIDA Fo., Niemeyer ; MUNHOZ, Vanessa da Costa Val . XVI Encontro Nacional de Economia Política. 2011. (Congresso).

Orientações

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Murilo Ribeiro Morais. A Recuperação da Economia Alemã no Imediato Pós-Guerra (1945-1961). 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Wolfgang Lenk.
2. Juliana Paixão Boer. As consequências político-religiosas da Reforma Protestante nos Países Baixos nos Séculos XVI-XVII. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Wolfgang Lenk.
3. Marina Carvalho Lopes. Nação e Nacionalismo: uma revisão bibliográfica. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Wolfgang Lenk.
4. Gabriela Laura Teixeira. Análise dos impactos socioeconômicos de projetos hidrelétricos: um estudo sobre as usinas de Cachoeira Dourada, Capim Branco I e II, e Nova Ponte. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Wolfgang Lenk.
5. Gustavo Henrique Nardo. Inglaterra, Alemanha e as causas da Primeira Guerra Mundial. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdades de Campinas. Orientador: Wolfgang Lenk.
6. Daniel R. de B. Leite. O nacional-desenvolvimentismo do início da década de 1960: um enfoque diplomático. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdades de Campinas. Orientador: Wolfgang Lenk.
7. Pedro José Calille Sanches. A política externa brasileira na tríade Brasil - EUA - Alemanha no primeiro governo de Getúlio Vargas. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdades de Campinas. Orientador: Wolfgang Lenk.

Iniciação científica

1. Michelle Moana Petronilha de Mello. O debate econômico sobre o novo desenvolvimentismo nos governos Lula e Dilma. 2019. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Wolfgang Lenk.
2. Marina Carvalho Lopes. Nação, Utopia e Democracia: releitura dos debates da década de 1960 no Brasil. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Orientador: Wolfgang Lenk.
3. Gabriela Laura Teixeira. Análise dos impactos socioeconômicos de projetos hidrelétricos: um estudo sobre as usinas de Cachoeira Dourada, Capim Branco I e II, e Nova Ponte. 2015. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Wolfgang Lenk.

Educação e Popularização de C & T

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **LENK, Wolfgang;** MENDONÇA, F. A. P. . Quem liga para o Banco Mundial?. Carta Maior.

Apresentações de Trabalho

1. **LENK, W..** Guerras brasileiras: motins, revoltas e insurreições. 2013.
(Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 20/09/2026 às 11:30:21

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)